



(+) 408

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XX — Nº 24

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 18 DE MARÇO DE 1965

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

Designação de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional a realizar-se no dia 1º de abril próximo, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei (número 017-B, de 1963, na Câmara e nº 109, de 1963, no Senado) que concede isenção do imposto de renda à Companhia Siderúrgica Nacional e dá outras providências, sem prejuízo da matéria para a mesma sessão já programada.

Senado Federal, 10 de março de 1965

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente do Senado Federal no exercício da Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição Federal e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 24 — 25 — 30 e 31 de março, 1º — 5 — 7 — 8 — 20 — 22 — 27 — 28 — 29 de abril, 4 — 5 — 6 — 11 — 12 — 13 — 18 — 19 — 20 — 25 e 26 de maio, 1º — 2 — 3 — 8 — 9 e 10 de junho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos vetos presidenciais constantes da relação anexa.

Senado Federal, 8 de março de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM OBJETO DE DELIBERAÇÃO NAS SESSÕES CONJUNTAS CONVOCADAS

DIA 24 DE MARÇO:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 6/64 (C.N.), que dispõe sobre o aproveitamento de funcionários nas autarquias que menciona, e dá outras providências;

DIAS 25 E 30 DE MARÇO:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.225-D/64 na Câmara e nº 180/64 no Senado que altera a legislação relativa ao imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências;

DIA 31 DE MARÇO:

- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.203-B/64 na Câmara e nº 202/64 no Senado que fixa novos valores para os símbolos dos cargos e funções gratificadas do Quadro do Pessoal de Secretaria e Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, e outras providências;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.352-A/64 na Câmara e nº 219/64 no Senado que fixa novos valores para os símbolos dos cargos do Quadro do Pessoal da Secretaria da Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, e dá outras providências;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.247-A/64 na Câmara e nº 237/64 no Senado que fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.267-B/64 na Câmara e nº 199/64 no Senado que dispõe sobre a unificação de frequência da corrente elétrica no País;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 12/64 (C.N.), que reorganiza o Departamento Federal de Segurança Pública, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 24/64 (C.N.) que altera dispositivos da Lei nº 4.122, de 27 de agosto de 1962, que constitui a Siderúrgica de Santa Catarina S. A., e dá outras providências;

DIA 1º DE ABRIL:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 10/64 (C.N.) que dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.249-E/64 na Câmara e nº 181/64 no Senado, que regula a tributação, pelo Imposto de Renda, dos direitos do autor da remuneração de professores e jornalistas e dos vencimentos dos magistrados;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 141-B/63 na Câmara e nº 118/64 no Senado, que assegura aos aposentados o direito de exercer cargo de administração sindical e de representação profissional;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 14/64 (C.N.) que altera dispositivos das Leis ns. 4.357, de 16 de julho de 1964 e 4.382, de 28 de agosto do mesmo ano;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.369-A/64 na Câmara e nº 265/64 no Senado, que enquadra os atuais professores fundadores em cargos de Professor de Ensino Superior.

DIAS 6 E 7 DE ABRIL:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 13/64 (C.N.), que regula a locação de prédios urbanos;

DIA 8 DE ABRIL:

- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.661-B/61 na Câmara e nº 192/64 no Senado, que federaliza o Instituto Borges da Costa, ex-Instituto do Radium do Estado de Minas Gerais;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.357-C/64 na Câmara e nº 267/64 no Senado, que institui, no Ministério da Fazenda o cadastro geral de pessoas jurídicas, cria o Departamento de Arrecadação, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.360/64 na Câmara e nº 271/64 no Senado, que dispõe sobre o imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas;

DIAS 20 E 22 DE ABRIL:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 26/64 (C.N.), que dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências;

DIA 27 DE ABRIL:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.350-64 na Câmara e nº 243/64 no Senado, que dispõe sobre o Imposto do Selo, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.351-64 na Câmara e nº 248/64 no Senado, que dispõe sobre o Imposto de Renda e proventos de qualquer natureza;

DIA 28 DE ABRIL:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.300-C/64 na Câmara e nº 225/64 no Senado, que dispõe sobre a Liquidação, por acordo, das desapropriações efetuadas no Nordeste;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.570-F/61 na Câmara e nº 125/63 no Senado, que federaliza o Instituto de Música da Bahia, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.126-64 na Câmara e nº 315/64 no Senado, que fixa os vencimentos de membros do Ministério Público Federal e do Serviço Jurídico da União, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 942-B/63 na Câmara e nº 238/64 no Senado, que cria Juntas de Conciliação e Julgamento na 4ª Região da Justiça do Trabalho, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.260-E/64 na Câmara e nº 206/64 no Senado, que estabelece a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1965;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.249-B/64 na Câmara e nº 242/64 no Senado, que dispõe sobre a elaboração e execução de Planos Quadrienais de Obras para a implantação do Plano Nacional de Viação;

DIA 29 DE ABRIL:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.486-B/63 na Câmara e nº 288/64 no Senado, que dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal, e dá outras providências;

DIAS 4 E 5 DE MAIO:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 22/64 (C.N.), que institui o Conselho Nacional de Transportes, e dá outras providências;

DIA 6 DE MAIO:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 25/64 (C.N.), que dispõe sobre vencimentos e salários do pessoal da Rede Ferroviária Federal, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 468-B/63 na Câmara e nº 13/64 no Senado, que concede aos servidores da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, aposentados até 31 de dezembro de 1959, o abono provisório de que trata a Lei nº 3.531, de 19 de janeiro de 1959, e dá outras providências;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.569-C/61 na Câmara e nº 6/64 no Senado, que federaliza o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, e dá outras providências;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 333-B/63 na Câmara e nº 173/64 no Senado, que isenta o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco de impostos e taxas federais de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir na compra de ações da firma "Empreendimentos Santa Cruz S. A." situada à Rua do Sol nº 143, em Recife, Pernambuco;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.419-B/64 na Câmara e nº 315/64 no Senado, que define a competência julgadora de recursos fiscais;

DIA 11 DE MAIO:

- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.158-B/64 na Câmara e nº 291/64 no Senado, que dispõe sobre o prazo de validade de concursos públicos para candidatos habilitados que estejam exercendo ou hajam assumido mandato legislativo ou executivo;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.857-C/60 na Câmara e nº 153/64 no Senado, que dispõe sobre o custeio, pela União, no exercício de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guanabara pela Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 828/56 na Câmara e nº 139/62 no Senado, que regula a profissão de Corredor de Seguros;

DIAS 12, 13 E 18 DE MAIO:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 19/64 (C.N.), que dispõe sobre o condomínio em edificações e incorporações imobiliárias;

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS**REPARTIÇÕES E PARTICULARES**

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 80,
Ano	Cr\$ 96,
Exterior	
Ano	Cr\$ 136,

FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39,
Ano	Cr\$ 76,
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão-se tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esolacimentos quanto à sua aplicação, solicitamos de preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

DIAS 19 E 20 DE MAIO:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.322/64 na Câmara e nº 223/64 no Senado, que disciplina a desapropriação para as obras de combate às secas do Nordeste;

DIAS 25 E 26 DE MAIO:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 15/63 na Câmara e 207/64 no Senado, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário, e dá outras providências;

DIAS 1º, 2, 3, 8, 9, E 10 DE JUNHO:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.348/64 na Câmara e nº 247/64 no Senado, que aprova o Plano Nacional de Viação.

Sessão Conjunta

ORDEM DO DIA**Em 24 de março de 1965, às 21 horas e 30 minutos**

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 6, de 1964 (C.N.), que dispõe sobre o aproveitamento de funcionários das autarquias que mencionam e dá outras providências.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº	Disposição a que se refere
1	Art. 1º e seus parágrafos (totalidade)
2	Art. 2º e seu parágrafo (totalidade)
3	Art. 3º (totalidade)
8	§ 5º do art. 4º (totalidade)

Sessão Conjunta

ORDEM DO DIA**Em 25 de março de 1965, às 21 horas e 30 minutos**

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.223-D/64 na Câmara dos Deputados e nº 180/64 no Senado Federal, que altera a legislação relativa ao imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos e dá outras providências.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Códula n°	Disposição a que se refere
1	§ 6º do art. 1º (totalidade).
2	Do § 3º do art. 3º as palavras: "reduzir ou".
3	Do § 3º do art. 2º as palavras: "até o máximo de 12% (doze por cento)".
4	§ 4º do art. 2º (totalidade).
5	Do § 3º do art. 3º as palavras: "deduzida a quota de 10% assegurada nos Estados produtores de petróleo".
6	§ 6º do art. 6º (totalidade).
7	Do § 3º do art. 6º as palavras: "da zona interessada".

Sessão Conjunta

ORDEM DO DIA

Em 30 de março de 1965, às 21 horas e 30 minutos

Voto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.223-D/64 na Câmara dos Deputados e nº 180/64 no Senado Federal, que altera a legislação relativa ao imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos e dá outras providências.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Códula n°	Disposição a que se refere
1	Do art. 16 as palavras: "chefiado por Engenheiro de Autarquia, com transporte e pessoal técnico próprios".
2	Dos §§ 1º e 3º do art. 16 as palavras: "chefe de".
3	§ 5º do art. 16 (totalidade).
4	Art. 17 e seus parágrafos (totalidade).
5	Art. 21 e seus parágrafos (totalidade).
6	Art. 22 (totalidade).
7	Art. 23 (totalidade).

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 64, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 1965

Suspende a execução das Leis ns. 4.073, de 1959 (em parte) e 643, de 19 de janeiro de 1947, do Estado do Paraná.

Art. 1º É suspensão, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal em sessão de 9 de agosto de 1955, no Mandado de Segurança nº 8.696, do Estado do Paraná, a execução das Leis ns. 4.073, de 1959, na parte que determina a cobrança do imposto de selo de 3% "ad valorem", e 643, de 19 de junho de 1947, regulado pela Portaria nº 758, de 17 de agosto de 1944, do mesmo Estado.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 17 de março de 1965. — Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente no exercício da Presidência.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 64, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 1965

Suspende, em parte, a execução da Lei nº 103, de 18 de agosto de 1953, do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º É suspensão, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal em sessão de 24 de maio de 1954, na Representação nº 194, do Estado de Santa Catarina, a execução dos artigos 1º, 7º § 2º e 10, da Lei nº 103, de 18 de agosto de 1953, do mesmo Estado.

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 17 de março de 1965. — Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 64, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 1965

Suspende a execução do artigo 12 da Lei nº 185, de 13 de novembro de 1946 do Estado de São Paulo.

Art. 1º É suspensão por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal em sessão de 9 de julho de 1954, no Recurso Extraordinário nº 20.825, de São Paulo, a execução do artigo 12 da Lei nº 185, de 13 de novembro de 1946, do mesmo Estado.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 17 de março de 1965. — Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 64, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 14, DE 1965

Suspende a execução do art. 13, § 4º do Código Eleitoral

Art. 1º É suspensão, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal em sessão de 22 de novembro de 1951, no Recurso Extraordinário nº 19.285, do Distrito Federal, a execução do art. 13, § 4º do Código Eleitoral.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 17 de março de 1965. — Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 64, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 1965

Suspende, em parte, a execução da Lei nº 899, de 28 de novembro de 1957 do antigo Distrito Federal.

Art. 1º É suspensão, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal em sessão de 19 de maio de 1961, no Recurso Extraordinário nº 44.563, do Estado da Guanabara, a execução da Lei nº 899, de 28 de novembro de 1957, na parte em que incide nas sessões de direitos sobre bens imóveis.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 17 de março de 1965. — Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 64, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 16, DE 1965

Suspende, em parte, a execução do art. 13, anexo 2, da Lei nº 247, de 30 de dezembro de 1948, do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º É suspensão, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal em sessão de 26 de maio de 1955, na Representação nº 229, de Santa Catarina, a execução do art. 13, anexo 2, da Lei nº 247, de 30 de dezembro de 1948, do Estado de Santa Catarina, na parte em que desmembrou do Município de Caçador o Distrito de Ipomeia.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 17 de março de 1965. — Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

ATA DA 9ª SESSÃO, EM 17 DE MARÇO DE 1965

3ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura

PRESIDENCIA DO SR. NOGUEIRA DA GAMA

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Adalberto Sena
Oscar Passos
Arthur Virgílio
Catiote Pinheiro
Eugênio Barros
Dix-Huit Rosado
Dinarte Mariz
Walfredo Gurgel
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
Pessoa de Queiroz
Ernirio de Moraes
Rui Palmeira
Dylton Costa
Antônio Balbino
Josephat Marinho
Eurico Rezende
Raul Gilberti
Vasconcelos Torres
Afonso Arinos
Aurélio Vianna
Benedicto Valladares
Pedro Ludovico
Lopes da Costa
Adolpho Franco
Atílio Fontana
Guido Mondin
Daniel Krieger — (29).

O SR. PRESIDENTE:

Nogueira da Gama — A lista da presença acusa o comparecimento de 29 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

OFÍCIOS

Do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados ns. 256 a 260 encaminhando ao Senado autógrafos dos seguintes projetos:

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1965

(Nº 2.316-B, DE 1964, NA ORIGEM)

Da denominação de "Prefeitura Emílio Sesti" a barragem de Furnas do Sapo, no Rio Jaguari, P. do Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominada "Prefeitura Emílio Sesti" a barragem que o Departamento Nacional de Obras de Saneamento do Ministério de Viação e Obras Públicas está construindo no Estado do Rio Grande do Sul, no Rio Jaguari, no local denominado Furnas do Sapo.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas**Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1965**

(Nº 2.044-B, DE 1964, NA ORIGEM)

Acrescenta parágrafo ao artigo 26 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei de Desapropriação por Utilidade Pública).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O atual parágrafo único do art. 26 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei de Desapropriação por Utilidade Pública), passará a ser o § 1º, acrescentando-se ao, mesmo artigo a seguinte disposição:

“§ 2º Decorrido prazo superior a um ano a partir da avaliação, o Juiz ou o Tribunal, antes da decisão final, determinará a correção monetária do valor apurado”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça (Regimento Interno, artigo 86, alínea “a”, nº 8; e de Finanças).

Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1965

(Nº 1.551-B, DE 1963, NA ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 25.874.000 (vinte e cinco milhões e oitocentos e setenta e quatro mil cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da revisão e remodelação das instalações elétricas do Palácio Itamaraty.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 25.874.000 (vinte e cinco milhões e oitocentos e setenta e quatro mil cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da revisão e remodelação das instalações elétricas do Palácio Itamaraty.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

A Comissão de Finanças.**Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1965**

(Nº 4.264-N, DE 1962, NA ORIGEM)

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico, a ser importado pela Companhia Telefônica de Campo Grande, Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento constante de licença nº DG-61/7006-7868, expedida pela Carteira de Comércio Exterior, a ser importado pela Companhia Telefônica de Campo Grande, com sede na cidade do mesmo nome, no Estado de Mato Grosso.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar na-

cional, nem a taxa de despacho aduaneiro.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.**Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1965**

(Nº 2.052-B, DE 1966, NA ORIGEM)

Acresce de um parágrafo o artigo 483 da Consolidação das Leis do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 483, da Consolidação das Leis do Trabalho, é acrescido de um parágrafo, com a seguinte redação:

“§ 3º Nas hipóteses das letras d e g, poderá o empregado pleitear a rescisão de seu contrato de trabalho e o pagamento das respectivas indenizações, permanecendo ou não no serviço até final decisão do processo.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Legislação Social.**OFÍCIOS:**

Ofícios de 15 do mês em curso do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, de encaminhamento, para o arquivo do Senado, de autógrafos de proposições legislativas ultimadas por aquela Casa e sancionadas pelo Sr. Presidente da República:

Nº 261 — Projeto de Lei da Câmara nº 66-64 — que regula o processamento da aposentadoria e do montepio dos magistrados remunerados pela União e dá outras providências;

Nº 262 — Projeto de Lei da Câmara nº 226-64 — que altera a Lei número 1.310, de 15 de janeiro de 1951, que criou o Conselho Nacional de Pesquisas e dá outras providências;

Nº 263 — Projeto de Lei da Câmara nº 184-61 — que retifica a Lei número 4.295, de 16 de dezembro de 1963, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1964;

Nº 264 — Projeto de Lei da Câmara nº 23-62 — que concede isenção de direitos, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exceto a de Previdência Social, para a importação de pertences e acessórios para órgãos, destinados à Igreja Evangélica Luterana de São Paulo, Estado de São Paulo, e dá outras providências.

OFÍCIO

Do Sr. Procurador-Geral da Justiça do Estado da Guanabara, nos seguintes termos:

PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DA GUANABARA

Em 12 de março de 1965

Of. nº 249-65:

Do Procurador-Geral da Justiça do Estado da Guanabara.

Ao Exmo. Sr. Senador Presidente do Senado Federal.

Assunto: Solicitação (Faz).

Senhor Presidente:

Tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência, na forma do art. 45, da Constituição Federal, e necessária licença para a instauração de processo criminal contra o Sr. Senador Nelson Maculan, em virtude dos fatos narrados pelo Dr. Promotor em exercício

na 22ª Vara Criminal deste Estado, na denúncia anexa.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e distinção consideração. — J. B. Cordeiro Guerra — Procurador-Geral da Justiça.

A Comissão de Constituição e Justiça.**PARECER****Parecer nº 120, de 1965**Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 1965 (número 122-B, de 1963, na Câmara), que estende o direito à prisão especial, aos guardas e às das Estações e Territórios.

Relator: Sr. Jefferson de Aguiar

O projeto de lei da Câmara nº 11, de 1965, estende o direito à prisão especial aos guardas-civis dos Estados e Territórios, ativos ou inativos.

O projeto é de autoria do Deputado Cantídio Sampaio (Projeto número 122, de 23 de abril de 1963), atendendo memoriais que lhe foram encaminhados por órgãos de classe, nos termos do aprovado pelo 1º Congresso de Confraternização dos Guardas-Civis do Brasil, realizado em outubro de 1963, em São Paulo.

A Comissão de Constituição da Câmara opinou pela constitucionalidade do projeto, aprovando substitutivo, que mereceu o beneplácito do plenário.

Do artigo 1º do projeto foi excluído o “Distrito Federal” e o artigo 2º, que estendia igual direito “às demais autoridades civis”, foi eliminado, desdobrando-se o artigo 3º em dois — 2º e 3º.

A prisão especial está regulada no art. 295 do Código do Processo Penal, que assim dispõe:

“São recolhidos a quartéis ou a prisão especial, à disposição da autoridade competente, quando sujeitos à prisão antes de condenação definitiva:

I — os Ministros de Estado;
II — os governadores ou interventores de Estados ou Territórios, o Prefeito do Distrito Federal, seus respectivos secretários, os prefeitos municipais, os vereadores e chefes de polícia (Lei nº 3.181, de 11 de junho de 1957);

III — os membros do Parlamento Nacional, do Conselho de Economia Nacional e das Assembleias Legislativas dos Estados;

IV — os oficiais das Forças Armadas e do Corpo de Bombeiros;

V — os cidadãos inscritos no “Livro do Mérito”;

VI — os magistrados;

VII — os diplomados por qualquer das Faculdades superiores da República;

VIII — os Ministros de confissão religiosa;

IX — os Ministros do Tribunal de Contas;

X — os cidadãos que já tiverem exercido efetivamente a função de jurado, salvo quando excluídos da lista por motivo de incapacidade para o exercício da função.”

A Lei nº 799, de 1º de setembro de 1949, estendeu essa regalia aos oficiais da Marinha Mercante, que tenham exercido efetivamente as funções de comando.

A Lei nº 2.860, de 31 de agosto de 1956, concedeu a mesma prerrogativa aos dirigentes sindicais de todos os graus e representativos de empregados,

dos empregadores, profissionais liberais, agentes e trabalhadores autônomos.

Aos servidores do Departamento Federal de Segurança Pública que exercam atividade estritamente policial foi assegurada a mesma regalia, como dispõe o inciso I do artigo 1º da Lei nº 3.313, de 14 de novembro de 1957.

Os Decretos ns. 26.431, de 24 de fevereiro de 1949, que regulamentou dispositivos legais sobre execução de penas, medidas de segurança e medidas processuais cautelares no Distrito Federal, cogita da prisão provisória e reitera a relação dos beneficiários da prisão especial como está expresso na lei adjetiva penal (artigo 16).

O Decreto nº 38.016, de 5 de outubro de 1955, regulamentou a prisão especial, estabelecendo princípios e normas que devem nortear os diretores de prisões e os comandantes de unidades militares ao receberem presos beneficiados com prisão especial.

Interpretando o texto da lei processual, juristas eminentes assinalam e realçam que o direito à prisão especial tem condicionamento múltiplo: a natureza do crime, a qualidade da pessoa e a fase do processo.

Nos delitos de imprensa, em qualquer hipótese, e militares, até dois anos, a prisão especial abrange a execução da pena (Lei de Imprensa, art. 61; Código da Justiça Militar, arts. 342 e 343; Código Penal Militar, arts. 42 e 43).

Basileu Garcia afirma:

“Mas as pessoas que, pela sua qualidade, têm direito a prisão especial só o têm, nos delitos comuns, até determinada fase do processo a que estejam submetidas. O presente artigo apenas reconhece direito à prisão especial, em virtude de qualidade da pessoa, enquanto não houver condenação irrevogável. Transmitida em julgado a sentença condenatória, deve o réu, se estiver em prisão especial, ser removido para a prisão comum, mesmo antes de ser expedida a carta de guia para o cumprimento da pena. É o que dispõe o art. 675, § 2º (Comentários ao Código do Processo Penal, vol. III, pag. 73).”

Idêntica é a lição de Ary Franco, in Cód. Proc. Penal, vol. I, págs. números 350 e 352.

Como regra genérica, o art. 300 do Cód. Proc. Penal prescreve:

“Sempre que possível, as pessoas presas provisoriamente ficarão separadas das que já estiverem definitivamente condenadas.”

Em acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, citado por Eduardo Espinola Filho, in Código do Processo Penal Anotado, vol. III, pag. nº 318, ficou marcado o ponto de relevo da regalia atribuída pela lei em favor de pessoas que qualificou excepcionalmente:

“O essencial, nas regalias previstas no art. 295 do Código do Processo Penal, é a separação do preso, de modo que não fique ele em promiscuidade com outros detentos.”

Pertinente e procedente é o ensinamento de Basileu Garcia, na obra citada:

“O indiciado é presumido inocente até que venha a ser condenado. A prisão provisória é estabelecida em caráter excepcionalíssimo em atenção a diversas conveniências da sociedade e da justiça.”

Não sendo possível, por deficiências de ordem material, facultar

a todos os acusados ainda não condenados um tratamento que reduza os riscos de injustiça, imputando ao caráter preventivo da medida privativa da liberdade, não há mal em que isto seja feito pelo menos relativamente a alguns acusados. Dentre eles, os que, pela sua vida, funções e serviços prestados à coletividade, mereceram maior consideração pública, ou que, pela sua educação, maior sensibilidade devem ter para o sofrimento no cárcere". (Ob. cit. págs. 73 e 74).

A condenação irreversível nvela os acusados e põe termo à regalia, como se infere do próprio texto do art. 295 da lei processual penal, nestas palavras:

"... quando sujeitos à prisão antes de condenação definitiva." O § 2º do art. 675 do Código Proc. Penal estabelece expressamente:

"Se o réu estiver em prisão especial, deverá, ressalvado o disposto na legislação relativa aos militares, ser expedida ordem para a sua imediata remoção para prisão comum, até que se verifique a expedição de carta de guia para o cumprimento da pena."

Portanto o projeto ao assegurar a regalia em favor dos guardas-civis não poderia ultrapassar o conceito doutrinário, o entendimento jurisprudencial e a norma legal atinente à espécie, dando-lhes mais do que a todos é reconhecido — prisão especial antes da decisão condenatória definitiva. Neri se pode aplaudir o texto do projeto, redundante e eufórico — "serão recolhidos à prisão especial... sempre que sujeitos à prisão."

Assim, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do projeto, com a seguinte:

EMENDA Nº 1-CCJ SUBSTITUTIVO

Art. 1º O artigo 295 do Código do Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.698, de 3 de outubro de 1941) passa a vigorar com o seguinte número:

XI — os guardas-civis dos Estados e Territórios, ativos ou inativos.
Sala das Sessões, em 17 de março de 1965. — Afonso Arinos — Presidente. — Jefferson de Aguiar — Relator. — Menezes Pimentel. — Josaphat Marinho. — Edmundo Levy.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O expediente lido vai a publicação.

A Presidência deferiu hoje, os seguintes requerimentos de informações, apresentados na sessão de ontem pelo Sr. Senador Vasconcelos Tórrès: nº 42, ao Ministério da Viação e Obras Públicas; nº 43, ao Ministério da Agricultura.

Sobre a lista requerimentos de informações que vão ser lidos pelo Senhor 1º Secretário.

São lidos os seguintes

Requerimento nº 44, de 1965

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, sobre a situação rodoviária Rio-Niterói.

(Do Senador Vasconcelos Tórrès)

Sr. Presidente:

Na forma regimental, requero ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, as seguintes informações:

1 — Por que foi anulada a concorrência realizada em 1962, ganha pela SAILAG, para construção do túnel Rio-Niterói?

2 — Quais as propostas apresentadas?

3 — Quais as referências dadas pela SAILAG?

4 — Em que fase de estudos se encontram os planos da ligação Rio-Niterói?

Sala das Sessões, em 17 de março de 1965. — Vasconcelos Tórrès.

Requerimento nº 45, de 1965

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, sobre a rodovia Rio-Magé-Niterói (Estrada do Contorno).

(Do Senador Vasconcelos Tórrès)

Sr. Presidente:

Na forma regimental, requero ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, as seguintes informações:

1 — Se é do conhecimento do Departamento, o estado deplorável em que se encontra a rodovia Rio-Magé-Niterói (Estrada do Contorno)?

2 — Por que não são feitos, periodicamente, reparos na referida rodovia?

3 — Quando serão reparados alguns trechos que se encontram em péssimo estado de conservação?

4 — Quem é o engenheiro responsável pelas obras dessa rodovia?

Sala das Sessões, em 17 de março de 1965. — Vasconcelos Tórrès.

Requerimento nº 46, de 1965

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, sobre a ameaça de paralisação do tráfego marítimo entre o Rio de Janeiro e Niterói.

(Do Senador Vasconcelos Tórrès)

Sr. Presidente:

Na forma regimental, requero ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, as seguintes informações:

1 — Se é do conhecimento do Ministério a ameaça de paralisação do tráfego marítimo Rio-Niterói, como consequência da obstrução do canal de navegação e da bacia de evolução, provocada pelo atêrro que está sendo feito na orla marítima de Niterói?

2 — Se já foram efetuados estudos no sentido de ser transferida, provisoriamente, a hidrovialia de Niterói?

Sala das Sessões, em 17 de março de 1965. — Vasconcelos Tórrès.

Requerimento nº 47, de 1965

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Instituto Brasileiro do Café, sobre as cotas destinadas aos torrefadores, do Estado do Rio de Janeiro.

(Do Senador Vasconcelos Tórrès)

Sr. Presidente:

Na forma regimental, requero ao Poder Executivo, através do Instituto Brasileiro do Café, as seguintes informações:

1 — Qual o critério adotado na distribuição de cotas de café aos torrefadores do Estado do Rio de Janeiro?

2 — Qual o volume atual?

3 — Se tem havido demora na entrega das cotas do referido produto aos torrefadores?

4 — Quais os planos efetuados no sentido de serem aumentadas e regularizadas as entregas das referidas cotas?

Sala das Sessões, em 17 de março de 1965. — Vasconcelos Tórrès.

Requerimento nº 48, de 1965

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura — Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — sobre os trabalhos de restauração dos prédios do Município de Paraty, Estado do Rio de Janeiro.

(Do Senador Vasconcelos Tórrès)

Sr. Presidente:

Na forma regimental, requero ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura — Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — as seguintes informações:

1 — Por que, ainda, não foi restaurado o Forte "Defensor Perpétuo", no Município de Paraty?

2 — Quem é responsável pelas obras de restauração dos prédios históricos da referida cidade?

3 — Há algum convênio entre o Serviço e a Prefeitura Municipal de Paraty?

4 — Se é da competência do Serviço a reconstrução das ruas e calçadas do referido município?

5 — Em caso afirmativo, por que, não foram reparadas as poucas ruas existentes, que se encontram em deplorável estado de conservação?

6 — Qual a verba destinada à reparação de prédios?

7 — Por que outras cidades históricas recebem melhor tratamento e atenção, enquanto o município que possui o melhor conjunto arquitetônico colonial, se encontra abandonado?

Sala das Sessões, em 17 de março de 1965. — Vasconcelos Tórrès.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Os requerimentos lidos não dependem de deliberação do Plenário. Serão publicados e em seguida, despatchados pela Presidência. (Pausa)

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura de projetos de lei

São lidos os seguintes

Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1965

Desobriga o uso de uniforme aos alunos matriculados em estabelecimentos fiscalizados pelo Governo Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Nenhum estabelecimento de ensino, fiscalizado pelo Governo Federal, poderá exigir, a qualquer título, o uso de uniforme para os alunos nele matriculados.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O projeto visa diminuir as despesas dos chefes de família que enfrentam a alta do custo de vida; e, principalmente para aqueles que possuem mais de um filho em idade escolar e que dispõem de poucos recursos.

Além de serem extorsivos os preços das unidades escolares, dos livros, das pastas, cadernos, etc., os uniformes coletivos sofrem sucessivos aumentos, onerando de uma forma brutal todo aquele que luta com dificuldade, levando-se ainda, em conta a

necessidade de serem, pelo menos, adquiridos dois uniformes.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1965. — Vasconcelos Tórrès.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura.

Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1965

Declara de utilidade pública a Fundação Falcão Neto, sediada em Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É declarada de utilidade pública, para todos os efeitos, a Fundação Falcão Neto, sediada em Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

Como se verifica em seus estatutos, a Fundação Falcão Neto, tem por principais finalidades:

1 — construir, ampliar e manter a Faculdade de Medicina do Vale do Paraíba, com sede em Volta Redonda;

2 — estimular e desenvolver o ensino superior na região do Vale do Paraíba.

A referida Fundação, encontra-se, presentemente, desenvolvendo esforços, no sentido de que sua Faculdade de Medicina entre em funcionamento, dando assim melhores condições aos jovens estudantes, que são obrigados a se deslocarem para outras cidades distantes, como: Niterói e Rio de Janeiro.

Em face dos benefícios à população estudantil, que estão sendo introduzidos pela Fundação Falcão Neto no Vale do Paraíba, Vale este que congrega inúmeras cidades do Estado do Rio de Janeiro, justifica-se a consideração de utilidade pública.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1965. — Vasconcelos Tórrès.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, de Saúde e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Continua a hora do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador José Errázuriz, primeiro orador inscrito.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador José Errázuriz.

O SR. JOSÉ ERÁZURIZ:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, como é do meu conhecimento, aqui estou novamente para fazer sempre construtivamente, críticas ao que, quando, com sinceridade, errado ou distorcido na atual conjuntura política, social e econômica. Não se trata que apenas depois do movimento armado de março de 1964, é que venho me preocupando com esses problemas, e que venho fazendo, essas críticas. Não. Não é de hoje que venho levantando minha voz, clamando contra os responsáveis por essas distorções e erros, sejam eles quem forem. Basta ler o meu discurso do dia 5 de março do ano passado, portanto bem antes do período revolucionário, quando eu falei assim:

"Qualquer diagnóstico da situação brasileira localiza a principal doença na inflação, que corrói o organismo nacional. A inflação, aliás, não é um mal brasileiro. Países diversos do mundo inteiro também passaram ou passaram por isso."

Naquele ocasião disse que a inflação só perdia para a verificada na Indonésia. Isto é: de 1958 a 1963, o Brasil inflacionou-se em 513%, e a Indonésia em 944%.

Senhor Presidente, também não fui eleito para estar aqui a bater palmas ou a entoar lóas aos poderosos do momento. Absolutamente. Gostaria que minhas críticas, pois, fossem ouvidas e recebidas como de quem pretende apenas auxiliar esta ação a vencer suas incontáveis necessidades, nação que, ao invés de enveredar para a estrada real do desenvolvimento, está atolada numa estagnação mortífera e mortal.

Não acredito no êxito de quem pede esmolas ao exterior. Não acredito que, do exterior, alguém nos dê qualquer coisa sem exigir vantagens ou compromissos inaceitáveis para um povo livre. Sou realista, embora sem perder, um minuto sequer, minha fé nesta nossa gente e neste nosso povo, talhado para grandes destinos. Sou, ao mesmo tempo, um otimista ardorosamente apaixonado por nossos problemas, não me importando que me classifiquem como temperamental. E pergunto: não são apaixonantes os problemas nacionais?

Acredito no nosso trabalho, que deve ser árduo e duro, sem desfalecimentos, para que possamos construir e honrar esta grande nação. Desejaria, mais uma vez, que seguissemos o exemplo do México, que na América Latina é o único país que não dá garantia alguma a investidores do exterior. Enquanto o Brasil garante tudo, numa prova de fraqueza e falta de auto-confiança, o México não garante conversibilidade, não garante contra expropriação, não garante contra risco de revolução ou guerra. O México promulgou uma Lei de Minas e regulamentou-a em moldes verdadeiramente nacionalistas. É o único país que fala de igual para igual em qualquer lugar onde se apresenta, não se dobra nem admite interferências em sua política, externa ou interna. Tem um crescimento anual de cerca de 7%. É o maior produtor de prata do mundo, e o segundo de enxofre. Produz todos os metais não ferrosos, com exceção do estanho, e a produção anual de sua siderurgia atingiu a cerca de 2.500.000 toneladas de aço. É auto-suficiente de petróleo e de trigo, os dois fatores da deterioração de nosso balanço comercial com o exterior. No México se dá valor ao que é mexicano, enquanto que aqui entre nós vivemos ofuscados pelos setores empresariais do exterior, calculando-se que mais de 60% do parque industrial brasileiro já esteja em mãos de firmas estrangeiras, por si ou por interpostos maus cidadãos, que chegam ao deslante de se vangloriar dessa intermediação. Essas firmas estrangeiras têm sido favorecidas pelos swaps, e como se isso não bastasse, agora vem a Instrução 289 da SUMOC, oferecendo vantagens para a comercialização dos produtos nacionais, propiciando financiamentos a juros muito mais baixos do que aqueles que os industriais brasileiros podem encontrar no seu próprio país ou no exterior.

O Ministro Roberto Campos, desde os tempos da ANPES deve saber que o remédio quando é forte demais não cura, podendo acabar com a vida do doente. É isto exatamente o que se passa com nosso país, submetido a um tratamento frio, brutal, exagerado, inumano. A produção diminuindo e encarecendo dia a dia, as classes produtoras nas mãos de agiotas que lhes cobram cinco, seis e sete, e até mais por cento ao mês, sugando o trabalho honrado daqueles que teimam em lutar por um Brasil melhor, um Brasil forte e livre. Estão, patões e empregados, a braços com uma quase estagnação, levando aqueles ao desespero da erosão represen-

tada pela sua crescente e rápida descapitalização, e estes à desesperança em face do fantasma do desemprego, rondando todas as fábricas e todos os lares. É o sistema que levou Herbert Hoover a sofrer acachapante derrota nas eleições americanas em 1932, igualada apenas pela antes sofrida por William Taft. Foi quando surgiu um Franklin Delano Roosevelt, capaz, agradável, otimista, de fibra de aço, que em poucos anos recuperou a grande nação americana. Não acredito que um Governo como o nosso, que está organizando comemorações e festas na data de seu primeiro aniversário, esteja disposto a sofrer idênticos deveses. Então por que não olha e não houve o povo das ruas, o homem comum, mestres e estudantes, trabalhadores e empresários? Por que insistir e teimar em ser impopular e frio, calculista, inexecrável, favorecendo sempre empresas de fora, e detrimento das nacionais?

Todos sabemos dose graves erros do Governo passado. Eu mesmo, por mais de uma vez verbelei com dureza incrível as falhas que encontrava. Nunca procurei ser agradável para agradar. Não. Podia e graças a Deus posos assim agir e falar porque jamais pedi favores a Governos. Quando fui Ministro da Agricultura batizaram-me de "irredutível". E era verdade, porque nunca cedi a pedidos, nunca fiz concessões. Ao contrário: fui eliminando as que havia. Assim sempre pautei minha vida particular e agora minha vida pública, que não admito nem compreendo possa ter moral diversa da que norteia aquela.

Senhor Presidente, o nosso grande e talvez irreparável erro é não saber comerciar. Se examinarmos a situação do comércio exterior, não só do Brasil, mas da América Latina, verificaremos, de 1954 para cá, a tendência para uma queda de um índice de 110 para 86 pelos mesmos produtos exportáveis, enquanto que, no que diz respeito aos importados, uma alta de 98 para 107. E se lembrarmos de nosso minério de ferro, o panorama ainda é pior: a tonelada que era vendida a 16 dólares agora está sendo entregue a 8.

Por que esse desequilíbrio?

Pois bem, enquanto se procura aniquilar o produtor nacional, embora isso seja continuamente negado pelos responsáveis pela nossa política econômica e financeira, perdemos os mercados de café e de cacau.

Tenho em mãos um documento de janeiro deste ano da Câmara Britânica de Comércio, no qual se diz que o Brasil exportou 23% menos de café que no ano passado. O mesmo aconteceu com o cacau. De primeiro colocado, passamos para o quarto lugar. Em primeiro vem Gana; em segundo, a Nigéria; em terceiro, a Costa do Marfim.

(Retomando a leitura).

Só exportamos açúcar a preço vil, isso porque os Estados Unidos, que tanto propalam sua amizade por nós, nos concederam uma quota de apenas quatro milhões de sacas, enquanto favoreceram as Filipinas com dezesseis milhões e quinhentas mil sacas. O sorridente Embaixador americano, ao invés de passear pela nossa terra dando aulas de economia a seu jeito, o que devia era pelo menos ajudar um pouco mais um país que entrou em duas guerras mundiais ao lado da sua nação.

Temos de conseguir maior quota de açúcar, temos de alcançar melhores preços para o manganês e o ferro, cujos preços atuais são alarmantemente baixos. Devem os Estados Unidos comprar mais nosso café e cacau, em lugar de adquiri-los cada vez em maiores quantidades da África, como vêm fazendo.

Voltemos ao manganês: Se atentarmos para os preços CIF Porto americano, temos o seguinte quadro:

Minério de 48% — 78 a 80 centavos por 22 libras (10 Ks).
Minério de 46% — 72 a 77 centavos por 22 libras (10 Ks).

Do Anapá, conforme depoimento prestado aqui no Senado por um Diretor da ICOMI, o frete está na base de dois dólares e meio por tonelada, devido às facilidades de carregamento e transporte.

Isto reduz o preço da tonelada CIF porto americano para 75 a 77 dólares a tonelada do minério de 48%, e para 69 a 74 dólares a tonelada do minério de 46%. Do mesmo depoimento ficou evidenciado que o preço atual era de cerca de US\$ 25 a tonelada. Por que esta diferença absurda e arrazante, prejudicialíssima à nossa economia?

O "Engineering and Mining Markets Journal" de 8 de março deste ano, página 5, explica que os consumidores nos Estados Unidos não sofrerão essas altas, devido aos contratos a longo prazo que fizeram com nossos exportadores. Essa disparidade de preços, sempre a dano do exportador, está se verificando com o tungstênio, a mica, o cristal de rocha o berilo (de que somos os maiores exportadores do mundo), com o colúmbio, e certamente com muitos outros. O quadro não é menos sombrio se nos voltarmos para o trigo. Enquanto a Argentina anuncia uma colheita record, de 7.200.000 toneladas, o Brasil, apesar das condições excelentes do ano agrícola, não ultrapassará as 300.000 toneladas. Agora mesmo vamos exportar milho a 48 dólares a tonelada, importando trigo a 72 dólares. Por que não consumimos nosso milho, economizando essa diferença?

Entretanto, se o Governo tiver boa orientação comercial nas compras de trigo no exterior, poderá fazê-lo a preços baixos, pois sendo um produto perecível, não pode ser armazenado a longo prazo. Aliás, a própria Argentina, no "Boletim de Informações da Agricultura" de 15 de janeiro deste ano já prevê que terá de vender trigo a preços bem inferiores.

Há, ainda, outro fator de relevante importância que devemos considerar. O "Journal of Commerce" de Nova Iorque, de 15 de janeiro deste ano, observa que a União Soviética, que já foi o maior exportador de trigo do mundo, e também o maior produtor, com uma produção anual de 66.600.000 de toneladas (e que no ano passado importou trigo por deficiência de sua produção), breve estará novamente competindo no mercado exportador. Será que nossas autoridades governamentais estão atentas a essas circunstâncias? De qualquer forma aqui fica esta advertência, feita a tempo.

Aqui está um número do "Journal of Commerce", de Nova Iorque, que traz um artigo intitulado: "Possibility of Soviet Wheat Gains Rises".

(Lendo)

"Srs. Senadores, Sr. Presidente, a toda hora estamos ouvindo os arautos e pregoeiros do atual Governo anunciar, com alarido, ajudas, auxílios, investimentos estrangeiros em nosso país".

Já devem estar bem decepcionados com as declarações do Sr. Rockefeller, ontem, na Câmara do Comércio do Rio de Janeiro.

(Lendo)

"Pois bem, em Punta Del Leste foram referidos os seguintes dados por Carlos Fuentes, estudioso mexicano que, certa ocasião, pediu ao Governo dos Estados Unidos para fazer, nas televisões de todo o País, uma espécie de troca de idéias com o Sr. Richard Goodwin, Secretário de Estado Assis-

tente para Assuntos Latino-Americanos, pedido esse que foi negado:

"Os investimentos estrangeiros na América Latina foram de mais de 10 bilhões de dólares. É curioso que receberam esses investimentos e continuam sempre pobres. Nos últimos sete anos a América Latina remeteu para o exterior 2 bilhões e 679 milhões de dólares."

Num trabalho de Paul Johnson, inserido no volume "Perspectivas da América Latina", edição de 1964, sob o título de "Um continente saqueado", temos:

pág. 106 — "A América Latina poderia estar entre os reinos do mundo que o Demônio mostrou a Cristo, do alto da montanha. Dispõe de uma área tropical extremamente fértil e superior à de qualquer outro continente; dispõe de pelo menos três vezes mais terra cultivável, per capita, do que a Ásia, tem as maiores reservas de madeira do mundo. Existem ali jazidas incalculadas, mas enormes, de petróleo, ferro, cobre, estanho, ouro, prata, zinco, chumbo: a lista é infindável, compreendendo praticamente todos os metais, básicos ou raros, e todos os elementos químicos industriais que o homem conhece. Com seu petróleo e seu potencial hidrelétrico, constitui uma das maiores reservas de energia inexploradas; o aumento anual de sua população, oscilando entre os 2 e os 3%, proporciona uma fonte inexaurível de força de trabalho para o futuro. Não obstante, a América Latina é habitada por um dos povos mais pobres e explorados do planeta. Sua influência sobre a política mundial, em quase 500 anos tem sido desprezível. Ela permaneceu como uma presa rica e saqueada, oscilando entre as correntes rivais da avaria europeia e norte-americana."

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Pego licença a V. Exa. para voltar ao trecho do seu discurso a respeito do investimento em dólares e o correspondente em remessas. V. Exa. citou, se não me engano, doze bilhões.

O SR. JOSÉ ERMIRIO — Isso foi há cerca de 4 anos. Hoje deve ser muito mais.

O Sr. Vasconcelos Torres — V. Exa. está desenvolvendo uma verdadeira tese sobre economia do desenvolvimento. Então, pergunto: se investiram doze bilhões em quatro anos, remeteram quanto?

O SR. JOSÉ ERMIRIO — Remeteram dois bilhões, seiscentos e setenta e nove milhões de dólares.

O Sr. Vasconcelos Torres — Uma remessa altamente lucrativa, é inegável. Não se deve medir a pobreza de uma nação pela remessa, mesmo porque V. Exa. sabe que, desgraçadamente, o Brasil é apontado em todo o mundo com o País das estatísticas mais falsas, mais mentirosas.

O SR. JOSÉ ERMIRIO — E muito atrasadas.

O Sr. Vasconcelos Torres — Quero dizer a V. Exa. que nós que, modestamente, estudamos os problemas econômicos, não conseguimos nem conseguiremos jamais levantar o total da remessa em royalties. V. Exa. conhece — eu cito aqui de passagem — o caso da indústria automobilística. Sabemos mais ou menos pelo custo elevado deste produto que a remessa em royalties é qualquer coisa de fabulosa. O quadro da pobreza não se deve medir pela remessa do investimento em si, porque — e aqui queria citar um dos maiores economistas do

mundo, cujo livro acabo de ler "Desenvolvimento e Perspectivas", John Kenneth Galbraith, uma das maiores autoridades em desenvolvimento, e também Gustav Benham, ambos apontando que o auxílio ou é dado para o desenvolvimento, sem a cobrança de remessa de royalties ou remessa de lucros para os investidores, ou então o empreendimento, ao invés de evitar a pobreza, tende a agravar a miséria dos países latino-americanos. V. Exa. está certo. Permiti-me interrompê-lo para dizer que a estatística a que alude não corresponde, de leve sequer, ao volume das quantidades magníficas do investimento, seja ele americano, inglês, alemão ou de qualquer nacionalidade, que não visa de maneira nenhuma, a ajudar ao nosso desenvolvimento econômico. São agências de crédito de todo o mundo que têm em mira apenas o lucro e obtêm a proporcão que a miséria, desgraciadamente aumenta.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Agradeço o aparte de V. Exa., que vem colaborar e enriquecer o meu discurso.

(Retornando a leitura)
Continua Paul Johnson no seu trabalho:

Será sempre assim? Continuará a América Latina sendo o continente saqueado? Ou estará chegando o momento em que seus povos ingressarão no cenário mundial, por si mesmos, e desempenharão nele o importante papel a que a sua riqueza lhes dá direito?

Ouso responder à indagação do jornalista norte-americano: o brasileiro é inteligente e capaz, tem tudo para executar um programa de desenvolvimento dentro de normas compatíveis com o que o país realmente necessita. Basta abandonarmos o mau hábito de dar concessões absurdas a estrangeiros e a nacionais, basta não perturbar o trabalho ordeiro e pacífico dos que amam apaixonadamente esta terra e a esta gente.

Nesse mesmo volume Paul M. Sweezy e Leo Huberman, também jornalistas americanos, e pag 145, assim discorrem sobre a Aliança para o Progresso:

"Ajudará a manter o status quo, quando o que a América Latina precisa é de uma transformação. Mas para os que resistem à transformação, a Aliança para o Progresso servirá como um reforço à sua posição. Numa resposta em poucas palavras: a Aliança servirá para manter no poder aqueles que não querem realizar nenhuma reforma.....

"Se a América Latina assumisse o controle das inversões estrangeiras atuais e as empregasse com finalidades estrangeiras nacionais obteria mais recursos do que com qualquer ajuda que possa receber dos Estados Unidos. Os recursos estão aí, só falta que vocês os tomem. Na verdade, essas inversões já foram recuperadas mil vezes, de modo que moralmente estaria justificada essa medida."

E são os próprios jornalistas que declaram:

"Se continuarem como estão, vocês acabarão sendo uma colônia."

O Sr. Vasconcelos Tôres — Permite V. Exa. outro aparte? (Assentimento do orador) Muito mais incisiva é a observação de um outro cidadão americano, insuspeito, redator do órgão de imprensa de centro, "Newsweek" que se chama John Herassi. Frio e sincero, está dizendo aos americanos aquilo que é preciso que se diga a respeito da Aliança para o Progresso — que há um grupo de privilegiados que consegue

recursos, por vezes sem planos e por interferência de políticos, recursos estes que são malbaratados sem resultados. É um dos livros que penso V. Exa. deve conhecer, mesmo porque hoje, V. Exa. está oferecendo uma verdadeira aula sobre economia. Este cidadão escreveu livro sobre a invasão da América Latina. Não sei se V. Exa. o conhece.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Conheço, já o li.

O Sr. Vasconcelos Tôres — É espetacular, verdadeiro, sincero, e procura demonstrar que os mais fortes, economicamente, devem auxiliar os mais fracos. É aquilo que o imortal Presidente John Kennedy dizia: "os poucos que têm muito se não olharem a grande quantidade de povos que nada têm, acabarão perdendo o muito que têm, para os muitos que nada têm." Julgo o discurso de V. Exa. uma conclamação ao debate, e, mais do que ao debate, ao exame de consciência, porque a queda de desenvolvimento econômico, não apenas em nosso País, mas em toda a América Latina e em alguns países da Ásia e da África, é tão grave que através de discursos oportunos e brilhantes, como o de V. Exa. — ou chamamos a atenção para o equacionamento dos nossos problemas econômicos internos, ou ficaremos eternamente na dependência de organizações internacionais que procuram deter a emancipação da nossa Pátria.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — De pleno acordo, Senador Vasconcelos Tôres.

Agradeço a colaboração de V. Exa. Termino, Sr. Presidente.

No meu discurso do dia 23 de junho do ano passado disse textualmente:

"O que há aqui, como ali, é que a atual situação das reservas ouro dos Estados Unidos não permite a exportação de capitais no ritmo que vinha sendo adotado anteriormente. Se têm mandado capitais para cá, é porque o rendimento na América Latina é cerca de três vezes maior do que em qualquer outro país do exterior".

Pois neste momento essas reservas ouro são ainda menores. Naquela ocasião eram 15.700.000.000 de dólares, e hoje são de cerca de 15.000.000.000, razão porque o Presidente Johnson convocou os banqueiros e os representantes industriais do país, tomando medidas a fim de evitar que o dólar sofra um desequilíbrio no seu valor. Sim, pois os créditos em dólares no exterior são imensos, atingindo a cerca de 53.000.000.000, de maneira que qualquer demanda rápida de ouro levaria toda a reserva da nação americana, que não poderia cumprir seus compromissos. A isto o "The Economist", de Londres, de 27 de fevereiro passado chamou acertadamente de "voluntários contra o deficit".

Esta revista demonstra que, realmente, esses créditos atingem a cifra dos 53 bilhões de dólares, mas que eles possuem apenas 15 bilhões para cobrir esses créditos!

"U. S. News & World Report (Jan. 11, 1963) pág. 35 "Gold stock. More than 15 billions still in gold reserve — by far the world's biggest, despite the drain of recent years."

Senhores Senadores, se fôssemos adotar uma política semelhante no Brasil, seríamos considerados inéptos, e apontados como homens que lutam contra todas as regras econômicas. Mas eles podem fazer isso... nós não!

E exatamente o que não admito, a intromissão de quem quer que seja. Estamos aqui lutando para desenvolver este país e não para liquidá-lo. É chegado o instante, portanto, de

os brasileiros que têm dinheiro no exterior recolherem os seus capitais. Não há razão para se confiar tanto num país europeu que apresenta um deficit, no seu balanço comercial, no ano de 1964, de mais de um bilhão de dólares, embora use todo o seu trabalho inteligente e organizado empregando mão-de-obra do exterior para aumentar a sua exportação, no valor de 30.000.000 de dólares. É certo que nosso deficit tem estado pela mesma altura de 30.000.000 de dólares, mas possuímos potencial inexplorado e riquezas inexploradas sem qualquer comparação com a qualquer país da velha Europa.

"Por que acreditamos nos outros e não em nós mesmos? Por que brasileiros que possuem muitos milhões de dólares no exterior não os trazem para o país, que apresenta um tão grande deficit na balança de pagamento? Encaremos o problema com urgência; a Nação Brasileira não mais suporta tal situação.

Precisamos e de ter mais patriotismo, acreditando mais no nosso povo e em nosso país. A solução para nossas dificuldades é muito simples, e está ao alcance de todos. Basta trabalhar, basta produzir, e se o Poder Público não quer ou não pode ajudar, então que ao menos não atrapalhe nem perturbe os que querem produzir e trabalhar. Planejar e planejar tem sido a causa de nossos fracassos. É preciso executar, fazer, realizar, entregando postos de comando a um gabinete de políticos capazes, homens que saibam traçar normas políticas intimamente ligadas à nossa economia básica. Gabinete de doutores, técnicos, "especialistas", nem a Casa Branca adotou até hoje. O Presidente, em última análise sempre o responsável pelas diretrizes impostas à nação, tem de receber com cautela e cuidado os conselhos dos que o cercam e o servem, pois estes nem sempre estão em condições de lhe informar toda a realidade. Claro, se é muito mais fácil e muito mais simpático bater palmas e aplaudir, e se é muito mais agradável ser aplaudido e elogiado. Na seleção de seus auxiliares, não pode um governante se pautar exclusivamente pelo critério da confiança. Não. É necessário atender à capacidade intelectual e moral desses auxiliares, que devem estar à altura de suas responsabilidades, devem estar preparados para os seus encargos, preparo de preferência já provado e comprovado em outras atividades, públicas ou particulares.

Devemos todos lutar, sem desfalecimentos, por um Brasil maior e melhor. Não devemos permitir que aqui se copie o que há de pior e mau no estrangeiro. Devemos ensinar nossos filhos, e os filhos de nossos filhos, a levar uma vida simples e sã, de responsabilidade de amor às nossas coisas. Devemos orientá-los dentro de um clima de trabalho duro e construtivo, pois somente assim sairemos deste emaranhado difícil e perigoso para nossa tão ambicionada emancipação política e econômica.

Como se fosse obra sua, como se fosse resultado de atos seus, o atual Governo vem fazendo repetidas referências às excelentes safras do Centro e do Sul do país. Como se fossem consequência e resultado de plantio de maiores financiamentos agrícolas.

Pois a verdade dos números é a seguinte, relativamente às áreas plantadas:

Tomemos por exemplo o Rio Grande do Sul:

	1963
Arroz	366.996
Linha	73.000
Milho	1.305.000
Soja	302.710
Trigo	380.000
Feijão Preto	149.000

	1964
Arroz	358.237
Linha	45.000
Milho	1.300.000
Soja	302.710
Trigo	370.000
Feijão Preto	150.000

Se nos esquecermos de que a inflação, em 1964, foi da ordem de 50%, temos o seguinte quadro comparativo dos financiamentos feitos pelo Banco do Brasil:

	1963	
Contratos	Cr\$	
R. G. do Sul ..	42.977	33.573.476
Sta. Catarina ..	14.879	3.520.193
Paraná	25.015	13.105.957
S. Paulo	47.064	44.868.914
Minas	56.623	20.965.615
R. de Janeiro ..	7.962	2.677.672
Goiás	15.992	11.812.327

	1964	
Contratos	Cr\$	

R. G. do Sul ..	36.686	50.451.779
Sta. Catarina ..	14.032	4.923.188
Paraná	23.641	21.601.128
S. Paulo	36.261	62.851.677
Minas	32.659	18.840.472
R. de Janeiro ..	5.400	3.525.822
Goiás	15.325	20.241.001

Com exceção do feijão preto, em tudo houve diminuição. Onde a contribuição governamental?

É uma política agrícola falha, pois num País cujo índice anual de aumento da população é de dois e meio a três por cento e com uma inflação pavorosa, em lugar de se facilitar, dificulta-se o crédito. O Governo está anunciando que a safra agrícola deste ano é colossal. Foi uma dívida de Deus, de vez que o tempo esteve propício, maravilhoso, e tudo correu bem, em toda parte, para a agricultura.

O Sr. Vasconcelos Tôres — Permite V. Exa. outro aparte? (Assentimento do orador) — A safra é, realmente, colossal. Parece que está havendo erro dos assessores, tanto do Ministério da Agricultura, como do Ministério do Planejamento, a respeito da distribuição, porque, enquanto a batata está apodrecendo e sendo atirada aos porcos, no Rio Grande do Sul, esse mesmo produto custa entre oitocentos a mil cruzeiros no Norte e Nordeste do Brasil. Veja V. Exa. o caso do milho: em alguns lugares há falta e, em outros, abundância. Em Goiás o arroz não tem sequer onde ser armazenado — é V. Exa. perdõe a expressão, mas é a palavra no seu sentido exato, — entretanto, sua produção é estúpida. A mesma coisa acontece com o feijão. Observe o eminente colega o paradoxo: existe em abundância, no entanto, seu preço sobe constantemente. Então que o honrado Ministro Roberto Campos não faça o planejamento do desespero, porque cada vez se come menos e, paradoxalmente, se produz mais. Aí está, portanto, um desafio às autoridades do Governo.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Agradeço o aparte de V. Exa.

Se lermos o *Correio da Manhã* de domingo, veremos que todos os gêneros comestíveis subiram, na semana passada, o arroz, inclusive.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Pois não.

O Sr. Pedro Ludovico — Quanto ao arroz de Goiás, não tem tido preço, porque aquele que o Banco do Brasil paga é inferior ao seu custo. Todo mundo sabe que o produtor tem que pagar, em uma saca de arroz, com casca, em Goiás, Cr\$ 600 pela saca. Cr\$ 490 de imposto e pela colheita Cr\$ 1.000. De maneira que

só nessas despesas gasta Cr\$ 2.000 e ainda há o trabalho de capina, de sara a terra, e tudo o mais. De sorte que, com o preço estabelecido pelo Banco do Brasil, o produtor perde dinheiro, perde tempo, perde trabalho. Este ano a safra de arroz vai ser ainda maior, sendo calculada em 20 milhões de sacas, e ainda há cerca de 4 milhões de sacas do arroz velho. Não sei como vão terminar as coisas por esse lado. O Governo não tem tomado medidas energéticas em relação ao assunto, porque, há dias, os jornais declararam que o dirigente da SUNAB baixara uma resolução estabelecendo que o preço do arroz seria de 7 mil e 500 cruzeiros a saca, mas até agora o Banco do Brasil não financiou o arroz e parece que vai financiá-lo de uma forma que o produtor receberá apenas 4 mil cruzeiros por saca. Pensa, que isso tudo está errado e que a economia brasileira fracassa em vez de melhorar, como diz o Ministro do Planejamento.

O Sr. Vasconcelos Torres — É o arroz amargo do filme italiano. O brasileiro está sentindo a procedência dessa denominação, de muito amargo para o povo.

O SR. JOSE ERMIRIO — Agradeço o aparte do Senador Ludovico. É impressionante o testemunho de S. Ex.^a Não sei como é possível ser agricultor no Brasil. Quando o seu produtor está pronto, não há garantia de financiamento, de subsistência.

O Sr. Pedro Ludovico — Sabe V. Ex.^a o que dizem no Estado de Goiás? Fala-se, constantemente, que os agricultores, neste ano, vão deixar de plantar arroz porque não querem perder dinheiro.

O SR. JOSE ERMIRIO — É lamentável que isso aconteça.

O Sr. Vasconcelos Torres — Vai acontecer um outro paradoxo, na economia brasileira: vamos passar pela vergonha — e disso não duvido, porque já conheço bem a tradição da nossa economia, tão orientada diversamente do interesse do consumidor e do País — de termos de importar arroz, como já importamos manteiga, o feijão (feijão póde, cujo inquérito até hoje não pôde chegar a seu término). Já importamos batata e hoje estamos com esse excesso de produção.

Que se apóie o nobre Senador Pedro Ludovico em seu aparte quando afirma a necessidade de se amparar o agricultor, dando-se-lhe as garantias necessárias de preço mínimo para o seu produto; evitando-se o atravessador, o especulador e alguns negociantes da SUNAB. Esta a verdade: a SUNAB, a COFAP, ou que nome tenham, só têm sido um agente do aumento de preços neste País, o que vem ferir os interesses dos produtores, principalmente os da lavoura.

O SR. JOSE ERMIRIO — Nobre Senador, agradeço o novo aparte de V. Ex.^a O Governo devia, de fato, ouvir essas palavras, para tomar as providências cabíveis. (Zendo) E não nos esqueçamos de que nossa população aumenta sem cessar, tanto que em 1970, portanto daqui a apenas cinco anos, estaremos com 97 milhões de habitantes. E todos sabemos que não passa de notícia a propalada garantia de preços mínimos para os produtos agrícolas. Que o diga o agricultor aqui em Goiás. Se existiu relativamente boa produção, mais uma vez devemos à infinita bondade divina, que felizmente não nos tem desamparado, apesar dos governos que temos tido.

Senhores Senadores e senhor Presidente, não se administra um país com planejamentos constantes, por

mais falazes e lógicos que sejam seus criadores. O povo está cansado, desiludido abandonado, não tem mais tempo a perder para assistir a aulas teóricas com muito latínório e mais linguas da estranha, o povo não pode viver de vídeo-tapes bem arquitetados, com doutores, deitando falação sobre a paralisação da alta do custo de vida, enquanto esse custo vai subindo, subindo sem cessar, a cada minuto que passa. No índice ponderado do custo de vida da classe operária de São Paulo, por exemplo, vejamos quanto subiu o transporte. Tomando-se o ano de 1951 como 100, até 1964 esse índice subiu a 6.620! Da mesma forma a alimentação, que no mesmo período subiu de 100 a 6.195! Ainda em São Paulo uma fábrica que em fevereiro do ano passado pagou Cr\$ 70.500.000 de energia elétrica, em fevereiro deste ano de 1965 tendo consumido a menos ... 350.000 quilowatts, pagou Cr\$... 266.000.000! E já sabemos que na Guanabara a energia elétrica vai subir agora 30%. Tudo em nome da contenção da inflação, e da estabilização do custo de vida, mas na verdade para que possamos pagar os 372 milhões de dólares de compra do ferro velho da AMFORP.

Aos muitos erros do passado somam-se, multiplicam-se os erros do presente. Assim é que os Institutos de Previdência continuam peçados de funcionários sem um útil rendimento de trabalho, sendo que o Governo sempre deve elevadíssimas quantias, dificultando ainda mais o funcionamento dessas autarquias. Chegamos ao absurdo de pagar 20% dos salários dos trabalhadores contribuintes para que eles não se aposentem, criando dessa forma ainda mais as classes produtoras. O particular tem enormes dificuldades para manter relativamente satisfeito os seus operários, muitas vezes tendo de desembolsar, Deus sabe lá como, vultosas somas para tornar suportável a vida daqueles trabalhadores. E como é lamentável o triste espetáculo de filas intermináveis de homens e mulheres, perdendo horas e dias de seu trabalho, gastando condução de ida e volta, para às vezes obterem uma simples informação, nem sempre exata, e quase sempre dada de má vontade pelos seus IAPÉS.

Por que não se fazem acordos com empresas particulares responsáveis para que elas passem a pagar as aposentadorias dos que residem nas zonas de suas organizações ou fábricas, deduzindo-se as quantias pagas das contribuições mensais obrigatórias das firmas?

Depois de uma prolongada espera, somente há poucos dias é que recebi um relatório do Instituto do Açúcar e do Alcool, onde 3.236 funcionários já estão sugando o trabalho de uma classe sacrificada e abandonada, especialmente no Nordeste, que são os mineiros. Nesse Instituto, somente na Guanabara existem 1.067 funcionários com 24 procuradores! Existem 3.138 funcionários nos órgãos regionais, com mais 16 procuradores. E note-se que não foram computados cerca de 1.000 operários que trabalham nas refinarias de álcool. Ora, qual o organismo que pode suportar tamanha carga? A experiência mostra que bastaria 25% desse número de servidores para as finalidades do Instituto.

Acabo de receber telegrama, de Pernambuco, vazado nos seguintes termos:

O I. A. A. ainda não atendeu aos pedidos da Cooperativa dos Usineiros para atualizar o pagamento da taxa corretiva, que está com três semanas de atraso. Também não assinou o contrato "Warrantagem" para novo preço. É bom salientar que todo o açúcar

vendido pelas Usinas de Pernambuco teve de ser entregue entre 1.500 e 2.000 cruzeiros abaixo do preço estipulado pelo governo; isso ocasionou um prejuízo, aos produtores do Nordeste, de muitos bilhões de cruzeiros, em favor dos intermediários e dos especuladores.

As taxas recebidas no Sul do País, além de não serem pagas, ainda sofrem desconto de 11%, que o I. A. A. cobra a pretexto de seu recebimento.

A situação da indústria açucareira e têxtil de Pernambuco é calamitosa e insustentável, com desemprego em massa, tudo por falta de apoio de uma política econômica e financeira do Governo Federal.

Mais: a Rede Ferroviária Federal tem 154.000 funcionários, com um déficit anual de 300 bilhões de cruzeiros, cerca de um bilhão por dia!

O DASP, que tem por finalidade precípua orientar e controlar os serviços públicos até hoje não foi capaz de me informar quantos são, na realidade, os servidores da União.

Aqui mesmo no Senado (e a crítica deve começar por nossa Casa), existem cerca de 1.200 funcionários, nem todos produzindo em correspondência às suas funções e aos seus vencimentos, de maneira que urge disciplinar os trabalhos, para que passemos a seguir a norma adotada em todo o mundo, onde o salário está na função direta do que o indivíduo produz.

O Sr. Aurélio Vianna — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSE ERMIRIO — Com muito prazer, nobre Senador.

Sr. Aurélio Vianna — Não acha V. Ex.^a que o problema da crise açucareira do Brasil e, particularmente, do Nordeste depende muito mais de uma outra política, que seria de aumento da produtividade das nossas usinas, da restauração do poder de produção das terras do Nordeste, que estão cansadas, muito mais do que do número de funcionários pagos pelo Instituto do Açúcar e do Alcool?

Encontrei, por exemplo, no Nordeste, ainda hoje, usinas que extraem, de cada tonelada de cana, mais de oitenta quilogramas de açúcar, empregando, na esteira, vinte e cinco homens, enquanto usinas há, como a Santa Terezinha e a Central União que, de uma tonelada de cana de açúcar, tiram mais de cento e vinte quilogramas, empregando, na esteira, poucos homens — dez ou cinco — e aproveitando as suas terras, porque adubando-as, preparando-as, fazendo com que elas voltem a produzir aquilo que entanto era natural no Brasil. Quería também dizer que a política açucareira, inclusive a internacional, é que vem agravando a crise da produção açucareira no Brasil. Não nego, não contesto que temos em certos setores da Administração Pública do Brasil, excesso de funcionários, enquanto noutras áreas há falta de funcionários.

O SR. JOSE ERMIRIO — Certo; certíssimo!

O Sr. Aurélio Vianna — Há necessidade de uma reorganização dos quadros. V. Ex.^a chamou a atenção para o Senado. É verdade que já hoje ninguém encobre, o número, por exemplo, de funcionários que foram nomeados há poucos dias; e esse número desapareceu. Ninguém sabe o que está fazendo nem onde é que está, porque, em certos e determinados setores para onde deveriam ter sido levados esses funcionários lá não chegaram, evolveram-se, desapareceram. E a culpa não é deles, esta é que é a verdade.

Um funcionário é como um aluno: é o menos culpado do que vem acontecendo. Há um setor responsável. homem quer trabalhar, precisa ganhar. Então ele se candidata. Agora acontece o seguinte: Como se pode admitir que, nomeados para certos, determinados organismos, sessenta e setenta motoristas, convoque-se o elemento não motorista patenteado para guiar um veículo, porque, dos nomes dos ninguém sabe! Este fato vem acontecendo em toda parte. Na verdade, é problema que V. Ex.^a conhece, porque é V. Ex.^a industrial bem sucedido, porque bem organizado, e problemas açucareiros do Nordeste — principalmente do Nordeste — não podem ser resolvidos apenas com dispensa de funcionários do Instituto do Açúcar e do Alcool, que não é que V. Ex.^a pleiteia, mas, na verdade, é a adoção de outra política. Usinas estão fechando no Nordeste. Vinte mil trabalhadores estão de braços cruzados e se agrava a situação. Os padres estão denunciando que não podem conter a massa em revolta, não porque esteja governando Pernambuco o Sr. Miguel Arraes, mas porque os problemas continuam insolvíveis.

O SR. JOSE ERMIRIO — A Usina que V. Ex.^a citou, Santa Terezinha pertence a um irmão do Senador Pessoa de Queiroz e é a terceira, em tamanho, de todo o Estado e não pode mais ganhar dinheiro, porque não proporcionam recursos às usinas. A produção açucareira no campo não tem meios, a fim de que possa organizar um trabalho certo e definido. Deste modo ninguém se salva. Cortaram-lhes os créditos, deixando em grandes dificuldades para enfrentar problemas os mais sérios da atualidade.

(Retomando a leitura)

O que fazem, ou não estão fazendo a SUNAB, o IBRA, INDA, COBA, SUDEPE, e tantas outras siglas, no CIPOL, de que não somos capazes de sair sózinhos? Para que foram criadas? Tudo indica que para aumentar o número dos servidores públicos, para efetuar colocações civis e militares, amigos, parentes, parentes de políticos de todos os n. pes.

Ninguém sabe ao certo quantos funcionários tem a NOVACAP e a Prefeitura de Brasília, nem qual o rendimento de seu trabalho.

A solução preconizada, nessas organizações estatais, tem sido aumentar as taxas de todos os serviços públicos desde as postais às portuárias, aumentar tarifas, aumentar fretes, criando absurdos dos que produzem solução simplista, que se adotada campo das empresas privadas, dá como resultado astronômicas e intermináveis folhas de pagamento, e ministração honestas arrastadas concordada e a falência, ao mesmo tempo que todo mundo ganhando e produzindo. Tudo com fundamento base nas "magníficas" diretrizes dos membros do atual Governo...

Já chegamos ao ponto em que ideologias das classes produtoras conseguem uma audiência com os responsáveis pelo nosso Governo, e quanto que os representantes HANNA, do City Bank, da Ford, Rockefeller, são recebidos no mês dia. Isto não teria importância, nosso Governo soubesse dizer não a muitas propostas do exterior. Dizem não aos agiotas; aos monopolistas trapaceiros e negociantes; não aos especuladores, de dentro ou de fora do país. Ao mesmo tempo, deve-se fender a classe média e a classe operária, possibilitando a sobrevivência do produtor capaz e honesto.

Por tudo isso é que, se não fizermos a nossa situação, seria mes-

Votação, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1934 (nº 2.287-C-80 na Casa de origem) que cria uma Escola de Educação Agrícola, no Município de São João del-Rei, Estado de Minas Gerais, tendo por base:
(nº 1.037 - 1.058 - 1.059 - 1.060 - 1.061 - 1.072 - 1.073, de 1934), das Comissões: de Agricultura, pela aprovação; de Educação e Cultura, pela aprovação; de Serviço Público Civil; 1º pronunciamento - solicitando audiência de Comissão de Constituição e Justiça; 2º pronunciamento - pela aprovação; da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade da Comissão de Finanças; 1º pronunciamento

— solicitando o pronunciamento do Ministério da Agricultura; 2º pronunciamento — pela rejeição.

A discussão do projeto foi encerrada em 11 de março de 1965.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queira conservar-se sentados. (Pausa)

Foi aprovado.

O SR. VIVALDO LIMA:

(Pela ordem) — Peço verificação da votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Vai-se proceder à verificação da votação, requerida pelo nobre Senador Vivaldo Lima.

Queiram levantar-se os Srs. Senadores que aprovam o projeto (Pausa).

Queiram sentar-se os Srs. Senadores que aprovaram o projeto e levantar-se os que o rejeitam (Pausa).

Votaram a favor do projeto 19 Srs. Senadores, e contra, 1.

Não há número. Vai-se proceder à chamada, de Norte para Sul.

(Procede-se à chamada).

RESPONDEM A CHAMADA OS SENHORES SENADORES

Adalberto Sena
Vivaldo Lima
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Cattete Pinheiro
Lobão da Silveira
Eugênio Barros
Sebastião Archer
Joaquim Parente
Menezes Pimentel
Dinarte Mariz
Walfredo Gurgel
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
João Agripino
Pessoa de Queiroz
Emirio de Moraes
Rui Palmeira
Dylton Costa
José Leite
Antônio Balbino
Josaphat Marinho
Jefferson de Aguiar
Eurico Rezende
Raul Gluberti
Vasconcellos Torres
Afonso Arinos
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Faria Tavares
Pedro Luduvico
Lopes da Costa
Adolpho Franco
Mello Braga
Atílio Fontana
Guido Mondin
Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Votaram "Sim" 35 Srs. Senadores; votaram "Não" 2 Srs. Senadores.

O projeto foi aprovado.

Vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 7 — 1964

(Nº 2.287-C, de 1963, na Câmara)

Cria uma Escola de Educação Agrícola, no Município de João Pinheiro.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º É criada uma Escola de Educação Agrícola, no Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, com a denominação de "Escola Agrícola João Pinheiro", subordinada à supervisão do Ensino Agrícola e Veterinário, para ministrar os cursos previstos no Decreto-lei núme-

ro 9.613, de 20 de agosto de 1946 — Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Art. 2º Para ocorrer aos encargos desta lei, é autorizada a abertura de um crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), pelo Ministério da Agricultura, importância que, nos orçamentos dos exercícios subsequentes à criação, passará a incorporar-se às dotações destinadas à manutenção das escolas de que trata a Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

Sr. Presidente, peço a palavra para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE:

((Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador Jefferson de Aguiar.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Para declaração de voto) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, votei contra o projeto em virtude do pronunciamento das Comissões competentes. Como sempre procedo, procuro dar solidariedade aos órgãos técnicos e às informações das repartições competentes.

Minas Gerais, se não me engano, possui escolas de agricultura, enquanto que outros Estados ainda não as têm. Os pronunciamentos das Comissões técnicas foram contrários e mantive esse pronunciamento. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A declaração de voto do nobre Senador Jefferson de Aguiar constará da Ata.

O SR. FARIA TAVARES:

Sr. Presidente, peço a palavra para uma declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. FARIA TAVARES:

(Para declaração de voto) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, congratulo-me com o Senado pela decisão favorável ao projeto que acaba de ser aprovado. Não seria possível negar esta Casa seu beneplácito à criação de mais uma escola, principalmente em se tratando de uma escola agrícola, fosse em que Estado fosse, mormente em Minas Gerais, que possui uma enorme extensão territorial e grande densidade demográfica, ainda com índices de incapacidade ou incultura, no que tange ao problema profissional ao problema agrícola, ao problema do campo.

A nosso ver, o último parecer da Comissão de Finanças, com fundamento em informações encaminhadas a esta Casa pelo Ministério da Agricultura, não tem razão de ser, não procede, porque o que o Ministério revela — quando diz que em Minas Gerais existem trinta e três escolas agrícolas, sendo que muitas delas não funcionam é apenas sua incapacidade, seu desinteresse em torná-las ativas, produtivas em benefício da formação profissional das novas gerações.

Por isso, Sr. Presidente, em qualquer oportunidade, entendemos que esta Casa não poderá, jamais, negar aprovação à criação de novas escolas, principalmente escolas técnico-profissionais, e técnico-profissionais destinadas à agricultura.

Por essas razões, votamos favoravelmente ao Projeto, como estaremos sempre dispostos a votar do mesmo modo, desde que se trate de criação de escolas em quaisquer unidades da Federação brasileira. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A declaração do nobre Senador constará da ata.

Item 2:

Votação em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 1964, originário da Câmara dos Deputados (Nº 42-A-63 na Casa de origem) que mantém decisão denegatória de registro a contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e Petrólio Mota de Oliveira para, naquele Território, desempenhar a função de Tesoureiro-Auxiliar, tendo pareceres favoráveis (ns. 52 e 53, de 1965) das Comissões: de Constituição e Justiça e de Finanças.

A discussão do Projeto foi encerrada em 11 de março de 1964.

Em votação o Projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

O Projeto foi aprovado. Irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o Projeto aprovado

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 127, de 1964

(Nº 42-A, de 1963, na Casa de origem).

Mantém decisão denegatória de registro a contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e Petrólio Mota de Oliveira para, naquele Território, desempenhar a função de Tesoureiro-Auxiliar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e Petrólio Mota de Oliveira para, naquele Território, desempenhar a função de Tesoureiro-Auxiliar.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Item 3:

Votação em 1º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1952, de autoria do Sr. Senador Nogueira da Gama, que cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Médicos e Profissionais Afins, tendo pareceres (sob números 93, 94, 1.464 a 1.466, de 1964) das Comissões: de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; de Legislação Social: 1º pronunciamento — solicitando audiência do Ministério do Trabalho e do Conselho Nacional de Medicina (Diligência cumprida em parte, com resposta do Ministério do Trabalho); 2º pronunciamento — pela rejeição (com restrições do Sr. Senador Aurélio Vianna e voto vencido do Sr. Senador Eurico Rezende); de Serviço Público Civil, pela rejeição; e de Finanças, pela rejeição.

A discussão do projeto foi encerrada a 11 do corrente.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitado.

É o seguinte o projeto rejeitado, que será arquivado:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 5, de 1962

Cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Médicos e Profissionais Afins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É criado o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Médicos e

Profissionais Afins (IAPMEPA), com personalidade jurídica própria, integrado no regime fixado pela Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960.

Art. 2º O IAPMEPA tem sede na Capital Federal e ação em todo o território nacional.

Art. 3º São segurados obrigatórios do IAPMEPA todos os médicos, dentistas, farmacêuticos, veterinários e enfermeiros legalmente habilitados a exercer a profissão no país, excluídos os servidores civis e militares da União, dos Estados, Municípios e dos Territórios, bem como os de autarquias que estiverem sujeitos a regimes próprios de previdência.

Art. 4º O IAPMEPA tem por fim assegurar aos seus segurados e dependentes os meios indispensáveis de manutenção, por motivo de idade avançada, incapacidade, tempo de serviço, prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente, assim como a prestação de serviços que visem à proteção de sua saúde e concorram da presente lei.

Art. 5º O Quadro de Pessoal e os Órgãos Administrativos, e suas atribuições serão fixados pelo Poder Executivo o qual, dentro de noventa dias baixará os atos necessários à regulamentação da presente lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 4:

Votação, em primeiro turno do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1963, de autoria do Sr. Senador Vasconcellos Torres, que dá o nome de "Rodovia Teófilo Otoni" à Estrada Rio-Bahia (BR-4), tendo pareceres (ns. 1.688 a 1.690, de 1964) das Comissões: de Constituição e Justiça: 1º pronunciamento — solicitando audiência do Ministério da Viação e Obras Públicas; 2º pronunciamento — dispensada a audiência pela tramitação do projeto e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, pela rejeição.

A discussão do projeto foi encerrada a 11 do corrente.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Rejeitado.

— É o seguinte o projeto rejeitado, que será arquivado:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 31, DE 1963

Dá o nome de "Rodovia Teófilo Otoni" à Estrada Rio — Bahia — (BR-4).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É denominada "Rodovia Teófilo Otoni" a Estrada BR-4 que, partindo do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, passa pelas cidades de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro, Muriaé e Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais e chega à cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama).

Item 5:

Votação em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 1964, de autoria do Sr. Senador Ruy Palmeira, que autoriza a emissão de selo postal comemorativo do 1º Centenário do Município de São Miguel dos Campos, Estado de Alagoas, tendo pareceres favoráveis (ns. 1.675 a 1.677, de 1964) das Comissões de Constituição e Justiça; de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e de Finanças.

A discussão do projeto foi encerrada a 11 do corrente.

Em votação.

Os Senhores Senadores que opo-
vam o projeto quiseram permanecer
sentados. (Pausa.)

Aprova o projeto em 1º turno re-
gimental, voltará a Ordem do Dia,
oportunitamente para o 2º turno.

— E o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE LEI DO SENADO **Nº 37, DE 1964**

*Autoriza emissão de selo pos-
tal comemorativo do 1º Centenário
do Município de São Miguel dos Campos, Estado de Ala-
goas.*

O Congresso Nacional:

Artigo 1º E o Poder Executivo au-
toriza a emitir uma série de selo
postal comemorativo do 1º Centenário
da elevação do município de São
Miguel dos Campos, em Alagoas, à
categoria de cidade.

Art. 2º O selo postal comemorativo
a que se refere o artigo anterior, re-
presentará a effigie do Visconde de
Sinimbu.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor
na data de sua promulgação revoga-
das as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de julho
de 1964. — Senador Rui Palmeira.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se
ao item seguinte, nº 6.

*Votado, em 1º turno (aprecia-
do preliminar da constituição na-
cional, nos termos do art. 265-A, do
Regimento Interno) do Projeto
de Lei do Senado nº 132, de 1963,
leitura da Sr. Senador Moura
Penna que trata o Território do
Amapá a categoria de Estado e
da criação de municípios, tendo pa-
recido (sob nº 17, de 1965) no Co-
missão de Constituição e Justiça,
pela maioria.*

A discussão do projeto foi encerra-
da no dia 11 do corrente.

O aviso declarou que a apreciação
é com relação à juridicidade e não
houve engano porque a Comissão se
manifestou sobre a preliminar de
constitucionalidade.

Em votação o projeto em relação

a esta preliminar. O parecer da Co-
missão de Constituição e Justiça é
contrário.

Os Srs. Senadores que o aprovam
queiram permanecer sentados. (Pau-
sa.)

O projeto foi rejeitado. Será ar-
quivado.

E o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO **Nº 132, DE 1963**

*"Altera o Território Federal do
Amapá a categoria de Estado e
da criação de municípios."*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Território Federal do
Amapá, com os seus atuais limites, é
consolidado em Estado do Amapá.

Art. 2º Ficando a preten-
são, a Justiça Eleitoral fixada no
prazo de cinco e vinte dias, a data
para as eleições do Governador e de
seus membros, Deputados à Assembleia
Legislativa, e quais terão inicial-
mente, funções constituintes.

Art. 3º O Presidente do Tribu-
nal Regional Eleitoral convocará a As-
sembleia Legislativa, dentro em 20
dias, a deliberar e dirigir os tra-
balhos da reunião, a fim de que esta
eleja o seu Mesa Diretora.

Art. 4º A Constituição Federal
será promulgada até 90 dias após a
instalação da Assembleia Legislativa.
Não o sendo, o Estado do Amapá fi-

cará submetido automaticamente à
Constituição do Estado do Pará, até
que a Assembleia a reforme pelo pro-
cesso nela determinado.

Art. 5º A posse do primeiro Go-
vernador se fará perante a Assem-
bléia Legislativa, no dia em que for
promulgada a Constituição Estadual,
na forma do art. 4º.

Parágrafo único. Até essa data, o
Estado do Amapá ficará sob a admi-
nistração do Governo Federal, tra-
vés de um Governador provisório.

Art. 6º As dotações consignadas no
Orçamento Geral da União para o
Território Federal do Amapá serão
transferidas e entregues ao Governo
Estadual, que as aplicará, mediante
convênio.

Parágrafo único. Promulgada a
Constituição Estadual o Governo do
Amapá receberá da União Federal,
no exercício subsequente, um auxílio
igual ao valor das verbas orçamentá-
rias consignadas no Território, no
exercício anterior.

Art. 7º A União celebrará convê-
nio com o Estado do Amapá, vi-
gorar de exercício financeiro subse-
quente ao da promulgação da Con-
stituição do Estado a fim de que:

a) concorra durante dez anos su-
cessivos, com um auxílio ao Estado
não inferior a Cr\$ 500.000.000,00 (qui-
nhentos milhões de cruzeiros) por
exercício financeiro.

b) auxilie o Governo Estadual a
pagar aos desembargadores do Tri-
bunal de Justiça a diferença entre
os seus vencimentos e os dos juizes de
entrância mais elevada ou única até
ser a mesma absorvida por majora-
ções outorgadas pelos poderes consti-
tucionais do Estado.

I — O Estado se obriga, o mesmo
prazo de dez anos, a aplicar 50%
(cinquenta por cento) da dotação
contemplada na letra a, deste artigo,
no fomento da riqueza regional.

Art. 8º A partir da data de pro-
mulgação da Constituição Estadual,
ficam atribuídos ao Estado do Amapá
e a ele incorporados:

a) todos os bens, serviços e re-
pouso pessoal, ativo e inativo do Ter-
ritório Federal do Amapá;

b) todos os serviços públicos de
natureza local, exercidos pela União
no Território, e por ela não apro-
veitados inclusive a Justiça, o Minis-
tério Público, a Polícia e a Guarda
Territorial, com os seus bens e pes-
soal ativo.

§ 1º O pessoal dos serviços man-
tidos pela União e transferidos para
o Estado, na forma deste artigo con-
tinuará a ser remunerado pelo Go-
verno Federal, inclusive o que pas-
sar à inatividade.

§ 2º Promulgada a Constituição,
todos os servidores que vierem a ser
nomeados ou admitidos para o ser-
viço público estadual serão remun-
erados pelo Estado, responsável, ainda,
pelos acréscimos de vencimentos, pro-
ventos e vantagens que estabelecer.

§ 3º A aposentadoria dos servi-
dores remunerados pela União será
por ela decretada, ficando a seu car-
go o pagamento dos respectivos pro-
ventos e também assegurado, sem
restrições, o direito dos atuais contri-
buíntes de entidades federais, de pre-
vidência.

§ 4º Todos os bens, móveis e
imóveis, encargos e rendimentos, in-
clusive os de natureza fiscal, direi-
tos e obrigações referentes aos ser-
viços mantidos pela União no Ter-
ritório.

§ 5º Os bens e serviços transfe-
ridos na forma deste artigo continua-
rão, passados ao patrimônio do
novo Estado, sem indenização, na
data da promulgação de sua Consti-
tuição regidos pela legislação vigente,
enquanto não modificada pelos Po-
deres competentes do Estado, ao qual
incumbe legislar sobre eles, inclusive
sobre o pessoal transferido, bem co-
mo administrá-los, provendo-lhes e
movimentando-lhes os quadros.

§ 6º Os servidores federais, trans-
feridos ao novo Estado, serão remun-
erados pela União de maneira nun-
ca inferior aos do mesmo cargo ou
de correspondente categoria nos de-
mais Territórios Federais.

Art. 9º A União será responsável
pelo pagamento da importância que
for arbitrada, na forma da lei, como
justa indenização ao Estado do Pará,
pela perda da área, desmembrada,
calculada referida indenização sobre
os "Royalties" com base na exporta-
ção do manganês e a partir da data
do efetivo desmembramento a quan-
do da criação do Território do Ama-
pá.

Art. 10 Até que seja instalado o
Tribunal Regional Eleitoral do Ama-
pá, as suas funções serão exercidas
pelo Tribunal Regional Eleitoral do
Distrito Federal.

Art. 11. As verbas e créditos orçame-
ntários ou especiais destinados ao
Estado do Amapá, em virtude da pre-
sente lei, independem de registro pré-
vio no Tribunal de Contas e serão
depositados, com caráter prioritário,
em conta especial no Banco do Bra-
sil S.A., à disposição do Governo
estadual, em três parcelas iguais, nos
meses de março, julho e novembro de
cada ano.

Art. 12 Esta lei especial entrará
em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrá-
rio.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se ao
item 7:

*Votação, em primeiro turno, do
Projeto de Lei do Senado nº 55,
de 1964 de autoria do Sr. Senador
Eduardo Lora que acrescenta pa-
rágrafo ao artigo 1º do Decreto-lei
nº 38 de 10 de dezembro de 1937,
favorecendo (sob ns. 1.512 e 1.513,
de 1964) das Comissões de Con-
stituição e Justiça e de Indústria e
Comércio.*

A discussão do projeto foi encerra-
da no dia 11 do corrente.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam
queiram permanecer sentados. (Pau-
sa.)

O projeto foi aprovado. Voltará à
Ordem do Dia para o seu segundo
turno regimental.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO **Nº 55, DE 1964**

*Acrescenta parágrafo ao artigo
primeiro do Decreto-lei nº 38, de
10 de dezembro de 1937.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º do Decreto-lei
nº 38 de 10 de dezembro de 1937 fica
acrescido do seguinte

§ 6º Sob pena de incorrerem em
crime de fraude, os vendedores se
quiserem invocar, como argumen-
to de propaganda, a proximidade
do terreno com algum acidente
geográfico, cida fonte hidromi-
neral ou qualquer outro
motivo de atração ou valoriza-
ção, serão obrigados a declarar,
no memorial descritivo e a man-
dacionar nas divulgações, anúncios e
prospetos de propaganda, a dis-
tância métrica a que se situa o
imóvel do ponto invocado ou to-
mado como referência.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor
na data de sua publicação, revogadas
as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

*Votação, em primeiro turno do
Projeto de Lei do Senado nº 127 de
1963 (nº 3.244-C-61 na Casa de*

*origem) que dispõe sobre a remu-
neração de profissionais diploma-
dos em Engenharia, Arquitetura
e em Agronomia tendo vincencia-
(ns. 859 a 862 de 1964 e 20 a 23
de 1965) das Comissões: I — So-
bre o projeto — de Legislação So-
cial: 1º pronunciamento — pela
audiência da Comissão de Consti-
tuição e Justiça — 2º pronuncia-
mento — pela audiência da Co-
missão de Constituição e Justiça,
favorável com a emenda que ofe-
rece, sob nº 1-CCJ de Serviço Pú-
blico Civil favorável. II Sobre as
emendas ns. 1-CCJ e 2. de Plená-
rio) de Constituição e Justiça, fa-
vorável à emenda de Plenário da
Legislação Social favorável às
emendas, com a subemenda que
oferece e de Serviço Público Civil,
favorável às emendas e à sube-
menda.*

Este projeto deve ser votado em
escrutínio secreto. Existem ainda na
Ordem do Dia de hoje, dois outros que
também devem ser votados em escru-
tínio secreto.

Nos termos da Resolução nº 76, de
1964, que alterou o Regimento Interno
do Senado Federal foi acrescentado no
artigo 188 o seguinte § 5º:

"As proposições dependentes de
escrutínio secreto figurarão na
Ordem do Dia em série".

A Mesa entende que este dispositivo
visou a uma melhor disciplinação na
colocação da matéria submetida à vo-
tação, uma seguida a outra, de modo
que fosse aprovada para votação a
presença dos Srs. Senadores no ple-
nário. Como vários Srs. Senadores
estão em reuniões das Comissões, a
Mesa decide que o nº 8 da Ordem do
Dia seja votado junto com os ns. 27
e 24 de modo que as três matérias,
pendentes de votação secreta, sejam
consideradas uma após a outra, isto
é, os itens 8, 20 e 24.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

Sr. Presidente peço a palavra pela
ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a pa-
lavra o nobre Senador.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Pela ordem. Sem revisão do ora-
dor) — Sr. Presidente, segundo dis-
põe o Regimento Interno do Senado
Federal, a inversão da Ordem do Dia
depende de requerimento escrito, apro-
vado pelo Plenário.

Consulto a V. Exa. se não seria
necessária a deliberação do Plenário
para que o procedimento da Mesa pa-
desse ser adotado. Se V. Exa. neces-
sitar de quem subscrisse o requerimen-
to, propondo a alteração da Ordem do
Dia, prontifico-me a assiná-lo.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Esta é a
primeira oportunidade que surge para
a aplicação do dispositivo a que
me reportei. Como se trata de fazer
a interpretação desta matéria, e Mesa
entendeu de fazê-lo diretamente, sem
necessidade de requerimento. Mas V.
Exa., nobre Senador Jefferson de
Aguilar, se julgar conveniente poderá
recorrer da decisão da Mesa para o
Plenário.

A Mesa julgou que não havia neces-
sidade do requerimento; tratava-se de
fazer orientação de dar uma interpre-
tação ao dispositivo regimental que,
pela primeira vez, é submetido à de-
cisão do Plenário.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Sem revisão do orador) — Sr.
Presidente, não vou requerer, mas en-
tendo que um dispositivo não enfrenta
o outro. São disposições independen-

tes. Acredito que, nas atribuições que o Regimento confere à Mesa para organizar a Ordem do Dia, aí sim é que teria aplicação a providência tomada. Desde, porém, que é numericamente organizada a Ordem do Dia a intervenção só é possível mediante requerimento escrito e deliberação do Senado. V. Exa. no entanto, decidiu e se entende que deve manter a deliberação, não recorrer. V. Exa. é o árbitro da decisão final.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Mesa agradece a colaboração de V. Exa., mas não se considera árbitro da decisão final. Apenas deu uma interpretação que lhe pareceu razoável, por se tratar da primeira oportunidade para a fixação de um novo dispositivo regimental.

A Mesa acolhe, com o devido acatamento o ponto de vista do nobre Senador Jefferson de Aguiar.

Passa-se ao Item 9º da Ordem do Dia:

Votação, em turno único do Requerimento nº 37 de 1965, pelo qual o Sr. Senador Celso Tinoco solicita a publicação no Diário do Congresso Nacional e a transcrição nos Anais do Senado, do editorial "Missão Nacional" publicado no "O Globo" de 12 do mês em curso.

A discussão foi encerrada em 15 de março de 1965.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado. Será feita a transcrição solicitada.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 324, de 1964 (C-2.465-B-64), na Casa de origem, de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a organização do Conselho Nacional do Serviço Social, fixa as respectivas atribuições, regula o pagamento de dotações orçamentárias a entidades privadas e dá outras providências tendo

Pareceres, contrários, sob números 47 e 48, de 1965, das Comissões:

— de Projetos do Executivo e de Finanças e dependendo do pronunciamento

— da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e o substitutivo. — das demais Comissões citadas sobre o substitutivo.

Solicito o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e o substitutivo. (Pausa)

Segundo informações chegadas à Mesa, é relator da Comissão de Constituição e Justiça o nobre Senador Jefferson de Aguiar, a quem dou a palavra.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Lê o seguinte Parecer) — Sr. Presidente, o Projeto de Lei da Câmara nº 324 de 1964 dispõe sobre a organização do Conselho Nacional do Serviço Social diretamente subordinado ao Ministério da Educação e Cultura, cumprindo-lhe, entre outras atribuições, disciplinar e coordenar a distribuição das verbas orçamentárias, assim como a de financiar a sua aplicação.

Ao projeto foi apresentado substitutivo pelo nobre Senador Daniel Krieger, que, nos termos regimentais, deverá ser apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Na justificação foi esclarecido que o substitutivo elimina os defeitos apontados pelas Comissões, correspondentes, em suma, ao entendimento havido com o Executivo para solução do problema relativo aos auxílios e subvenções orçamentárias.

Dispõe o substitutivo que o Conselho será constituído de 7 membros, sob a presidência de funcionário de livre nomeação do Presidente da República (símbolo 1-C) e um Secretário Executivo (gratificação correspondente ao símbolo 3-C).

Os membros do Conselho perceberão gratificação por sessão a que comparecerem, cuja fixação será atendida na forma da legislação vigente.

O mandato será de 4 anos, com renovação de 1/3 sistematicamente, atribuindo-se a cada representante período decrescente para a duração dos respectivos mandatos.

Prevê o projeto as atribuições do Secretário Executivo (art. 5º), estabelece a distribuição dos recursos orçamentários globais, de acordo com o critério de proporcionalidade "na razão direta da população e inversa da renda per capita, por Estado (artigo 7º)", abre o crédito especial de Cr\$ 200.000.000, além dos recursos do orçamento (art. 11), e prevê medidas concernentes às prestações de contas dos beneficiários de auxílios e subvenções.

A rigor, são mantidas as normas da legislação em vigor (Leis ns. 1.493, de 1951, e 2.266, de 1954).

O símbolo 1-C, do Presidente do Conselho, foi atribuído pela Lei número 4.345, de 1964, aos Presidentes de Conselhos (CADE, CONTEL, SUPRA, SUNAB, etc.). Justificando-se plenamente a determinação contida no projeto.

No que se refere, porém, ao Secretário Executivo não pode ser mantida a gratificação de representação constante do artigo 4º, uma vez que a Lei nº 4.345 revogou tal modalidade de gratificação, senão porque criaria situação singular no serviço público, quando se sabe que o símbolo 3-C diz respeito a retribuição de cargo em comissão. O certo, no caso, seria atribuir-se-lhe uma gratificação correspondente ao símbolo 1-F.

Assim, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela constitucionalidade e juridicidade do substitutivo, com a seguinte

EMENDA Nº 1 — CCJ

Ao artigo 4º, onde se lê 3-C, leia-se 1-F, com a supressão das palavras "de representação".

E o parecer. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Solicito o parecer da Comissão de Projetos do Executivo, para o que dou a palavra ao seu Relator, Senador João Agripino.

O SR. JOÃO AGRIPINO:

(Lê o seguinte Parecer) — Senhor Presidente, o projeto de lei, objeto deste parecer da Comissão de Projetos do Executivo teve sua origem em mensagem do Sr. Presidente da República, com fundamento no Artigo 4º do Ato Institucional.

Dispõe a proposição sobre a organização do Conselho Nacional do Serviço Social, fixa as respectivas atribuições, regula o pagamento de dotações orçamentárias a entidades privadas e dá outras providências.

A este projeto, o nobre líder do Governo nesta Casa achou de apresentar uma emenda, consubstanciada em substitutivo, a fim de dar unidade às alterações que propõe em suas relações com o texto da proposição em si.

É a este substitutivo que a Comissão de Projetos do Executivo dá parecer favorável, atendendo ao fato de que, de acordo com o mesmo, o Governo, através de seu líder nesta Casa,

reconheceu de imediato a necessidade de aperfeiçoar-se a proposição, quer em aspectos redacionais como ocorre, por exemplo, em relação ao parágrafo único do Art. 1º; quer em matéria de substância à semelhança da alteração que propõe ao Artigo 2º, aumentando a composição do Conselho Nacional do Serviço Social de um (1) membro, elevando-a, assim, para sete (7) conselheiros, visto que o presidente do mesmo confere esta qualidade, muito embora nomeado pelo Presidente da República.

Por outro lado, e ainda com relação ao referido Art. 2º, além da modificação acima indicada, que altera, sem dúvida, o status do presidente do CNSS frente ao próprio Conselho, a emenda do nobre Senador Daniel Krieger suprime a representação dada ao Conselho Federal de Assistentes Sociais, que contava com um (1) membro, pela de um representante do Ministério Extraordinário do Planejamento; substituição esta que, ao nosso ver, corresponde mais exatamente à estrutura e objetivos que se pretende dar ao Conselho Nacional de Serviço Social.

O Substitutivo, ainda, por sua vez, dispõe sobre a figura do Vice-Presidente do Conselho, fazendo-a eleita pelo próprio Conselho, entre seus componentes (salvo, é claro, o Presidente, que é de livre nomeação pelo Senhor Presidente da República), e conferindo-lhe um mandato de dois (2) anos. E, além disso, pelo § 3º do seu Art. 2º, dispõe sobre a oportunidade de voto do presidente do CNSS, que a ele somente terá direito no caso de empate.

Vê-se, portanto, que o Substitutivo procurou ser preciso a respeito de matérias que precisavam de disciplinação legislativa, e que, a sua falta, deram ensejo a que dissessemos, em parecer anterior, se ao projeto sibilino e às vezes astucioso.

Até com relação a esse aspecto, que nos deu margem à crítica acima lembrada, o Substitutivo também procurou alterar a proposição que nos veio da Câmara dos Deputados, evitando o risco da concentração de poderes excepcionais nas mãos do Secretário Executivo do mencionado Órgão, conferindo-lhe poderes precisos e explícitos, além, é claro, daqueles que normalmente lhe forem regimentais.

Enfim resumindo, e para não entendermos demais o presente parecer, opinamos no sentido da aprovação da Emenda nº 1 (Substitutivo), por nos parecer que ela melhor corresponde aos altos propósitos do Governo e aos interesses configurados no Conselho Nacional do Serviço Social.

E o parecer. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

(NOGUEIRA DA GAMA) — Solicito o parecer da Comissão de Finanças. Para este fim, dou a palavra ao seu relator, Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

(Para emitir parecer — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a matéria mereceu estudo inicial da Câmara e, em seguida, das várias Comissões técnicas desta Casa. Por isso mesmo se encontra amplamente examinada e, principalmente, corrigida nas suas omissões, nas suas demasias e até mesmo nas suas inconveniências iniciais, devendo-se assinalar, entre estas últimas, a circunstância de a mensagem governamental retirar o Conselho Nacional do Serviço Social da órbita hierárquica do Ministério da Educação e Cultura, deslocando-o para a Presidência da República, criando, com isso, as maiores dificuldades ao seu funcionamento e às suas relações com as autoridades estaduais e municipais que, até o presente momento, estão habituadas a lidar dos

assuntos pertinentes a auxílios e subvenções no Ministério da Educação. Mas essa inconveniência foi suprimida, mantendo-se a integração do Conselho no Ministério da Educação.

No que tange ao ângulo da competência da Comissão de Finanças, entendemos que a emenda substitutiva única deve ser aprovada. Mas, como Relator e apenas por uma questão de técnica legislativa, desejo oferecer emenda incidente sobre o Art. 1º da proposição subsidiária, o qual diz o seguinte:

"O Conselho Nacional do Serviço Social, com sede na Capital Federal, criado pelo Decreto-lei nº 525, de 1º de julho de 1938, continuará subordinado ao Ministério da Educação e Cultura, etc."...

A minha proposta é para que se suprima a palavra "continuará", ficando apenas empós a vírgula e adicionada a 1938, a expressão "subordinado ao Ministério da Educação e Cultura". Isto porque verificamos que não perfilha bem à matéria legislativa a expressão cuja supressão a emenda ora manifestada objetiva. Em seguida, Sr. Presidente, para que o texto tenha o seu equilíbrio gramatical, suprima-se a adição "e", antes da palavra "terá". Por via de consequência o texto do Art. 1º, se aprovada a emenda ora sugerida, ficará com a seguinte redação:

"O Conselho Nacional de Serviço Social, com sede na Capital Federal, criado pelo Decreto número 525, de 1º de julho de 1938, continuará subordinado ao Ministério da Educação e Cultura terá, além de suas atuais atribuições, a de disciplinar e coordenar a distribuição dos Auxílios e Subvenções concedidos no Orçamento Geral da União com fundamento nas Leis ns. 1.493, de 13 de dezembro de 1951, e 2.266, de 12 de julho de 1954, bem como fiscalizar a sua aplicação e a eficiência dos serviços prestados pelas instituições beneficiárias."

Aproveito a oportunidade, senhor Presidente, pela paizão vernacular, para um reajuste no texto do Art. 14, que diz:

"Sem prejuízo das demais penalidades legais, a instituição que receber dotações, cuja documentação não expresse a verdade, ficará privada dos favores desta Lei, enquanto não regularizá-la."

Proponho que se diga o seguinte: "... enquanto não a regularizar", o que me parece mais escorreito.

Assim, Sr. Presidente, com esta supletória alteração, a Comissão de Finanças acolhe a Emenda Substitutiva nº 1. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Mesa solicita ao nobre Senador Eurico Rezende que envie sua submissão por escrito, para a devida tramitação.

O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. EURICO REZENDE:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, V. Exa. me deu a palavra para proferir um parecer verbal. Tratando-se de parecer verbal, pergunto a Vossa Excelência se há necessidade, se há imposição regimental, no sentido de que as emendas propostas sejam redigidas por escrito.

Q. SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Respon-
dendo à questão de ordem do nobre
Senador Eurico Rezende, a Mesa in-
forma que o Regimento Interno ex-
pressa bem que as emendas apresen-
tadas o sejam por escrito e assina-
das. Por esta razão, solicitei a Vossa
Excelência enviasse à Mesa as sub-
emendas.

O SR. EURICO REZENDE — Jus-
tamente está a velha dúvida que ti-
nha com relação ao Regimento desta
Casa, porque, na nossa província, a
situação era bem diferente. Deste
modo, enviarei à Mesa as emendas
por escrito.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Os pare-
ceres das Comissões de Constituição
e Justiça, de Projetos do Executivo
e de Finanças são favoráveis ao sub-
stitutivo. A Comissão de Projetos do
Executivo, assim como a de Finan-
ças, emitiram pareceres favoráveis à
emenda.

Em votação o substitutivo, sem pre-
juízo da emenda e da subemenda.
(Pausa).

Os Srs. Senadores que o aprovam
queiram permanecer sentados. —
(Pausa).

O substitutivo foi aprovado.

E o seguinte o substitutivo aprovado:

SUBSTITUTIVO

Dispõe sobre a organização do
Conselho Nacional de Serviço Social
fixa as respectivas atribui-
ções e as outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O Conselho Nacional de
Serviço Social, com sede na Capital
Federal, criado pelo Decreto n.º 525
de 1.º de julho de 1938, continuará
subordinado ao Ministério da Educa-
ção e Cultura e terá, além de suas
atuais atribuições, a de disciplinar e
coordenar a distribuição dos Auxílios
e Subvenções concedidos no Orça-
mento Geral da União com funda-
mento nas Leis ns. 1.493, de 13 de
dezembro de 1951 e 2.266, de 12 de
julho de 1954, bem como fiscalizar a
sua aplicação e a eficiência dos ser-
viços prestados pelas instituições be-
neficiárias.

Parágrafo único. São transferidas
ao Ministério da Educação e Cultura
e ao Conselho Nacional de Serviço
Social as atribuições conferidas, pelas
Leis ns. 1.493, de 1951, e 2.266,
de 1954, aos Ministérios da Agricul-
tura, Justiça e Negócios Interiores e
Saúde.

Art. 2.º O Conselho Nacional de
Serviço Social será constituído de 7
(sete) membros na forma seguinte:

- um Presidente de livre nomeação
do Presidente da República, sím-
bolo 1-C;
- um representante do Ministério
da Educação e Cultura;
- um representante do Ministério
da Agricultura;
- um representante do Ministério
da Justiça e Negócios Interiores;
- um representante do Ministério
da Saúde;
- um representante do Ministério
do Trabalho e Previdência Social;
- um representante do Ministro
Extraordinário do Planejamento.

§ 1.º O Vice-Presidente do Conse-
lho Nacional de Serviço Social eleito
pelos seus membros entre seus com-
ponentes, terá mandato de 2 (dois)
anos.

§ 2.º Os membros do referido Conse-
lho, exceto o Presidente, terão man-
dato de 4 (quatro) anos e a renova-
ção será sistematicamente de um
terço.

§ 3.º O Presidente só terá direito a
voto no caso de empate.

§ 4.º Os membros do Conselho Na-
cional de Serviço Social farão jus a
uma gratificação por sessão a que
comparecerem, a ser fixada na forma
da legislação em vigor.

Art. 3.º Para cumprimento do dis-
posto no § 2.º do artigo anterior, os
mandatos dos membros inicialmente
designados serão de 4 (quatro) anos
para os representantes do Ministério
da Educação e Cultura e do Minis-
tério da Saúde; de 3 (três) anos dos
representantes do Ministério da Jus-
tiça e do Ministério do Trabalho e
Previdência Social; e 2 (dois) anos
para os representantes do Ministério
da Agricultura e do Ministro Extraor-
dinário do Planejamento.

Art. 4.º O Conselho Nacional de
Serviço Social terá uma Secretaria-
Executiva, dirigida por um Secretá-
rio-Executivo, servidor público federal
designado pelo Presidente do Conse-
lho, após a aprovação do Conselho, e
que fará jus a uma gratificação de
representação correspondente ao sím-
bolo 3-C.

Art. 5.º São atribuições do Secretá-
rio-Executivo, além das regimentais:

- a) julgar os pedidos de registro de
contas para julgamento do Conse-
lho;
- b) aprovar os planos de aplicação
de recursos orçamentários;
- c) movimentar os recursos orça-
mentários de auxílios e subven-
ções;
- d) examinar e emitir parecer con-
clusivo sobre as prestações de
Conselho;

entidades, ad referendum do

Art. 6.º Dentro do prazo de sessen-
ta dias o Ministério da Educação e
Cultura encaminhará à aprovação do
Presidente da República Projeto de
Regimento Interno do Conselho Na-
cional de Serviço Social.

Art. 7.º Os recursos globais orça-
mentários consignados ao Conselho
Nacional de Serviço Social serão dis-
tribuídos às entidades particulares,
por Estado, obedecendo o critério de
proporcionalidade na razão direta da
população e inversa da renda per ca-
pita.

Art. 8.º O Ministério da Educação
por proposta do Conselho Nacional
de Serviço Social, de acordo com as
necessidades do serviço, poderá dele-
gar suas atribuições fiscalizadoras a
outros órgãos da administração pú-
blica.

Art. 9.º Mantidos os atuais regis-
tros, os novos registros das entida-
des que podem ser beneficiadas com
auxílios e subvenções, previstas nos
Capítulos III e IV da Lei n.º 1.493,
serão concedidos pelo Conselho, à vi-
sta da documentação apresentada, ca-
bendo, após decisão do Conselho, re-
curso ao Ministro da Educação e Cul-
tura no caso de indeferimento.

Art. 10. Para atender à despesa
com pagamento de subvenções ordi-
nárias e extraordinárias, a proposta
orçamentária destinará anualmente,
no subanexo do Ministério da Educa-
ção e Cultura, quantia nunca infe-
rior ao total constante do orçamen-
to em curso.

Art. 11. As despesas decorrentes
desta Lei, no presente exercício, cor-
rerão à conta dos recursos constan-
tes do Orçamento da União — Minis-
tério da Educação e Cultura — con-
signadas ao Conselho Nacional de
Serviço Social, acrescidos do crédito
especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos
milhões de cruzeiros) que o Poder
Executivo é autorizado a abrir, pelo
Ministério da Educação e Cultura,
com vigência em dois exercícios fi-
nanceiros.

Art. 12. Os pagamentos de auxílios
e subvenções liberados pelo Conselho
Nacional de Serviço Social serão efe-
tuados pelas agências do Banco do
Brasil ou Delegacias Fiscais do Tes-
ouro Nacional, na conformidade do
que for estabelecido no Regulamento

desta Lei, que será baixado dentro de
60 (sessenta) dias.

Art. 13. A prestação de contas dos
auxílios e subvenções de que trata
esta Lei, concedidos até o exercício
de 1964, continuará a ser feita peram-
te os respectivos Ministérios, na for-
ma da legislação vigente.

Parágrafo único. Os órgãos minis-
teriais, incumbidos do exame dessas
prestações de contas, fornecerão ao
Conselho Nacional de Serviço Social
as quitações e demais elementos ne-
cessários à concessão dos auxílios e
subvenções consignados no Orça-
mento da União a partir do exercí-
cio de 1965, inclusive.

Art. 14. Sem prejuízo das demais
penalidades legais, a instituição que
receber dotações, cuja documentação
não expresse a verdade, ficará priva-
da dos favores desta Lei, enquanto
não regularizá-la.

Art. 15. É mantido o disposto nas
Leis ns. 1.493 de 1951 e 2.266, de 1954,
que não contrariarem as disposições
desta Lei.

Art. 16. Esta lei entrará em vigor
a partir da data da sua publicação,
revogadas as disposições em contrá-
rio.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) Sobre a mesa
sabemendas apresentadas pelo senhor
Senador Eurico Rezende, que vão ser
lidas pelo Sr. 1.º Secretário.

São lidas as seguintes:

SUBEMENDAS

Subemenda n.º 1

Sustitua-se as palavras "conti-
nuará" e o vocábulo "e", anteposto à
palavra "terá", no art. 1.º do substit-
utivo, ajustando-se a pontuação.

Sala das Sessões 17 de março de
1965. — Eurico Rezende.

Subemenda n.º 2

No art. 14 do Substitutivo corrija-
se de "não regularizá-la" para "não
a regularizar".

Sala das Sessões, 17 de março de
1965. — Eurico Rezende.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) Em votação a
emenda apresentada pelo nobre Re-
lator da Comissão de Constituição e
Justiça e as subemendas do nobre
Senador Eurico Rezende.

Os Srs. Senadores que as aprovam
queiram permanecer sentados. (Pau-
sa)

Aprovadas.

E a seguinte a emenda apro-
vada:

Emenda n.º 1 — CCJ

Art. 4.º, onde se lê 3-C, leia-se
1-F, com a supressão das palavras de
"representação".

Sala das Sessões, em 17 de março
de 1965. — Jefferson de Aguiar.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) O projeto vai-
tará à Ordem do Dia, para a dis-
cussão suplementar, depois de feita a
ordenação do vencido pela Comissão de
Redação.

Item 11:

Votação, em turno único, do Re-
querimento n.º 38, de 1960, pelo
qual os senhores Senadores José
Ermitio e Argemiro de Figueiredo
solicitam a remessa à Comissão
de Agricultura do Projeto de
Decreto Legislativo n.º 156 de ...
1964, que "Mantém decisão, denegatória
do Tribunal de Contas de
registro de termo aditivo a con-
trato celebrado entre o Governo
da União e o Governo do Estado

da Bahia, para manutenção da
Escola de Iniciação Agrícola, no
Município de Canavieira."

Em votação o requerimento.

Os senhores Senadores que o apro-
vam, queiram permanecer sentados.
(Pausa)

O requerimento foi aprovado, e o
projeto, por esse motivo, será re-
metido à Comissão de Agricultura.
Item 12:

Votação, em turno único, do
Requerimento n.º 39, de 1965, pelo
qual os Srs. Senadores José
Ermitio e Argemiro de Figueiredo
solicitam remessa à Comissão de
Agricultura do Projeto de Decreto
Legislativo n.º 161, de 1964, que
"Mantém decisão denegatória do
Tribunal de Contas da União de
registro a termo celebrado entre
o Governo da União e o Estado
do Paraná, para instalação de
uma Escola de Iniciação Agrícola
no Município de Itaipu".

Em votação o Requerimento.

Os senhores Senadores que o apro-
vam, queiram permanecer sentados.
(Pausa)

Está aprovado. Em consequência, o
Projeto será remetido à Comissão de
Agricultura.

Item n.º 13:

Votação, em turno único, do
Requerimento n.º 40, de 1965, pelo
qual os senhores Senadores José
Ermitio e Argemiro de Figueiredo
solicitam remessa à Comissão
de Agricultura do Projeto de De-
creto Legislativo n.º 150 de 1964,
que "Mantém decisão denegatória
de registro a termo aditivo a con-
trato entre o Governo do Estado
de Goiás e o Departamento de
Administração do Ministério da
Agricultura".

Em votação o Requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam
permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

Em consequência o Projeto irá à Co-
missão de Agricultura.

Item n.º 14:

Votação, em turno único, do Re-
querimento número 41, de 1965,
pelo qual os Srs. Senadores José
Ermitio e Argemiro de Figueiredo
solicitam remessa à Comissão
de Agricultura do Projeto de De-
creto Legislativo n.º 133, de 1964,
que "autoriza o Tribunal de Con-
tas da União a registrar o termo
de contrato celebrado entre o Mi-
nistério da Agricultura e Alfredo
Alves da Silva e sua mulher dona
Adeleide Alves da Silva, para fins
de criação agrícola no termo
dos Decretos-leis ns. 1.493, de 9
de agosto de 1939 e 3.762, de 20
de outubro de 1941.

Em votação o Requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam,
queiram permanecer sentados. (Pau-
sa)

Está aprovado.

O Projeto irá à Comissão de Agri-
cultura.

Item n.º 15:

Discussão, em turno único, do
Projeto de Resolução n.º 24, de
1964, de autoria da Comissão Di-
retora, que põe à disposição da
Presidência da República, nos
termos dos arts. 300, art. 1 e 369
do Regulamento da Secretaria, o
Assessor Legislativo PL-3, do
Quadro da Secretaria do Senado
Federal Anselmo Nogueira Maciel.

Na sessão de 11 do corrente, foi lido requerimento de autoria da Comissão Diretora, pedindo a retirada definitiva do projeto. O requerimento, por falta de número, deixou de ser votado.

Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

Assim, é retirado definitivamente da tramitação e encaminhado ao Arquivo, o Projeto de Resolução nº 24.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 16:

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da jurisdicção nos termos do art. 265-A do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado nº 72, de 1964, de autoria do Sr. Senador José Ermirio, que dispõe sobre a contratação de obras e serviços pelo Poder Público com nacionais ou entidades estrangeiras e com organizações internacionais, e dá outras providências, tendo parecer sob nº 19, de 1965 da Comissão de Constituição e Justiça, pela rejeição, por injuridicidade.

Na sessão de 11 do corrente, foi lido requerimento nº 33, em que o Sr. Senador José Ermirio solicita a volta do projeto à Comissão de Constituição e Justiça, e que não pôde ser votado por falta de número.

Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O projeto sai da Ordem do Dia, para nova audiência da Comissão de Constituição e Justiça.

Item 17:

Votação em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 116, de 1964 (nº 3.364-B-61 na Casa de origem), que modifica as normas processuais dos crimes previstos nos artigos 121, parágrafo 3º, e 129, parágrafo 6º, do Código Penal, tendo parecer favorável, sob nº 50, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça.

A discussão do projeto foi encerrada em 15 do corrente.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

Vai à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 18:

Votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo número 191, de 1964, originário da Câmara dos Deputados (número 21-A-53 na Casa de origem), que mantém decisão do Tribunal de Contas da União que autoriza o registro sob reserva do pagamento de Cr\$ 8.000,00 (oitto mil cruzeiros) a Dea Jansen de Sá, tendo pareceres favoráveis (números 1.292 e 1.293 de 1964) das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

A discussão foi encerrada a 16 do corrente.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado. Irá à Comissão de Recurso.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 101, de 1964

(Nº 24-A, de 1963, na origem).

Mantém decisão do Tribunal de Contas da União autorizando a pagamento "sob reserva" de Cr\$ 8.000,00 (oitto mil cruzeiros) a Dea Jansen de Sá.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica mantida a decisão do Tribunal de Contas autorizando o pagamento "sob reserva" da despesa de Cr\$ 8.000,00 (oitto mil cruzeiros), a Dea Jansen de Sá, proveniente de aluguel de grupo de salas, Rua México, 21, g. 801, Rio de Janeiro — (GB), no exercício de 1957, ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se ao Item 19:

Votação em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1964 (nº 3.687-B-58 na Casa de origem), que cria o Quadro do Ministério do Exército (OME) e dá outras providências, tendo pareceres (ns. 1.637, 1.638 e 1.639 de 1964), das Comissões de Educação e Cultura, de Segurança Nacional e de Finanças, no sentido de ser susinado o curso do projeto até que sejam enviados ao Congresso Nacional os estudos que estão sendo feitos sobre o assunto pelo Estado-Maior do Exército.

Em votação as propostas das Comissões de Educação e Cultura, de Segurança Nacional e de Finanças, no sentido da susinação do curso do projeto.

Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.

Em consequência, está susinado o curso do projeto, nos termos dos pareceres das Comissões indicadas.

Segue-se a série de projetos que devem ser submetidos à votação por escrutínio secreto.

Item 8:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1963 (nº 3.204-C-61 na Casa de origem), que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e em Agronomia tendo pareceres (ns. 359 a 362, de 1964 e 20 a 22, de 1965) das Comissões de Constituição e Justiça; 2º pronunciamento — favorável; da Constituição e Justiça, favorável com a emenda que oferece, sob nº 1-CCJ; de Serviço Público Civil favorável. II — Sobre as emendas ns. 1-CCJ e 2, de Plenário) de Constituição e Justiça, favorável à emenda de Plenário; de Legislação Social, favorável às emendas, com a subemenda que oferece; e de Serviço Público Civil, favorável às emendas e à subemenda.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas, em escrutínio secreto.

O SR. EURICO REZENDE:

(Para encaminhar a votação) —

Sr. Presidente, este projeto, nos termos em que nos informa o auxílio, surtirá efeitos predatórios contra os Estados e os municípios.

A União, se a matéria for convertida em lei, cometerá uma injustiça

contra as nossas economias regionais oficiais e oferecerá instrumentos para o empobrecimento ainda maior dos orçamentos públicos estaduais e municipais. Isto porque o Art. 2º do projeto dispõe:

"O salário mínimo fixado pela presente lei é a remuneração mínima obrigatória por serviços prestados pelos profissionais definidos Art. 1º com relação de emprego ou função, qualquer que seja a fonte pagadora".

As pessoas mencionadas no Art. 1º são os diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária. Vale dizer, o projeto cuida de estabelecer o salário mínimo para engenheiros, químicos, arquitetos, agrônomos, veterinários e, em virtude de emenda, também aos assistentes sociais.

O art. 5º estabelece, com relação a algumas dessas classes, a fixação dos seus vencimentos na base de seis vezes o maior salário mínimo vigente no país. Traduzido em números, quer dizer o seguinte: os Estados e as Prefeituras terão de pagar, no mínimo, a cada um desses profissionais, quatrocentos mil cruzeiros.

Cito o caso do meu Estado em que um veterinário deve ganhar, no mínimo, oitenta mil cruzeiros. É pouco, mas o Estado não pode pagar mais. Ele, por força desse projeto, se convertido em lei, irá dar um salto salarial para quatrocentos mil cruzeiros, liquidando, Sr. Presidente, prestacionando, aniquilando, aniquilando o orçamento estadual. Isto com referência a um dos Estados mais valentes da Federação, em matéria de economia, que é o Espírito Santo. Mas, se formos para o subsolo das nossas Prefeituras do interior, estas não poderão prestar assistência nem de engenharia nem de veterinária às suas comunidades urbanas e rurais porque não têm capacidade de pagar sequer a metade do maior salário mínimo vigente no País.

O Congresso Nacional, se aprovar este Projeto de Lei, praticará um atentado contra os nossos Estados e as nossas Prefeituras, cada vez mais abandonados da assistência financeira da União que, a esta altura da vida pública nacional, ainda não pôde esboçar uma programação de auxílio às nossas comunas e aos nossos Estados.

Sei, Sr. Presidente, que a minha posição é antipática, causando erosão nas esperanças obstinadas da classe dos engenheiros e dos arquitetos, mas meu dever aqui não é com relação a estas classes. Não procuro investimentos eleitorais nesta Casa. A tarefa que tenho de cumprir é zelar, principalmente, pelos interesses dos nossos Estados e das nossas Prefeituras, e nessa órbita coloco, com muita emoção, o Estado do Espírito Santo e as suas Prefeituras.

Com isto, Sr. Presidente, manifesto-me inteiramente contrário a esse Projeto. Faria um apelo, principalmente aos representantes dos Estados menores da Federação, no sentido de que perfilhassem o meu ponto de vista nesta cruzada de defesa do interesse público fundamental. (Muito bem).

O SR. DANIEL KRIEGER:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Daniel Krieger.

O SR. DANIEL KRIEGER:

Sr. Presidente, não tendo sido distribuído o avulso referente a esse projeto, consulto V. Exa. se não seria interessante retirá-lo da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE:

V. Exa. tem razão. O avulso não está devidamente instruído.

A Mesa defere o pedido de V. Exa., fazendo com que a matéria retorne à Ordem do Dia da próxima sessão.

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1960, que dispõe sobre servidores do Departamento Nacional de Endemias Rurais, tendo pareceres (ns. 1.247, 1.248 e 1.249, de 1964) das Comissões de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; de Serviço Público Civil, pela rejeição; e de Finanças, pela rejeição.

Em discussão.

Se nenhum dos Srs. Senadores pedir a palavra, dá-la-ei como encerrada. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação o projeto em escrutínio secreto. (Pausa).

Está encerrada a votação.

Vai ser feita a apuração. (Pausa). Votaram apenas 21 Srs. Senadores. Não-há quorum.

Vai-se proceder à chamada, que será feita do Norte para o Sul.

Procede-se à chamada

RESPONDEM A CHAMADA OS SENHORES SENADORES:

Adalberto Sena
Oscar Passos
Vivaldo Lima
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Cattete Pinheiro
Sebastião Archer
Joachim Parente
Siegfredo Pacheco
Menezes Pimentel
Rui Palmeira
Antônio Balbino
Josephat Marinho
Jefferson de Aguiar
Eurico Rezende
Raul Giuberti
Vasconcelos Torres
Gilberto Marinho
Benedicto Valladares
Pedro Ludovico
Adolpho Franco
Mello Braga
Atílio Fontana
Guido Mondim

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Responderam à chamada apenas 27 Senhores Senadores.

Não há número para as votações.

Fica a votação da matéria constante do item 20. Projeto de Lei do Senado nº 26-60, da Ordem do Dia de hoje adiada para a próxima sessão.

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 40, DE 1962

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1962, de autoria do Sr. Senador Nogueira da Gama, que dispõe sobre a revisão das concessões de privilégios de invenções e registros de marcas, estabelece normas para a remessa de "royalties" e dá outras providências, tendo pareceres (sob ns. 1.324 a 1.326 de 1964) das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Economia;

1º pronunciamento, pela audiência da Departamento Nacional de Propriedade Industrial, através do Ministério da Indústria e Comércio.

2º pronunciamento (após exposição de motivos, feita pelo Sr. Ministro da Indústria e Comércio, sobre a matéria) contrário.

Em discussão o projeto.

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra vou encerrar a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

A votação da matéria fica adiada para a próxima Sessão por falta de quorum.

Discussão em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1964, de autoria do Sr. Senador Antônio Carlos que autoriza a Caixa de Coorização do Banco de Brasil S. A. a efetivar operações de financiamento às Prefeituras Municipais para aquisição de veículos rodoviários, tendo Pareceres (ns. 851, 852 e 853, de 1964) das Comissões:

— de Constituição e Justiça

1º pronunciamento: pela inconstitucionalidade

2º pronunciamento: favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Finanças;

NOTA — Em 27-8-64 foi lida e aprovada a emenda nº 1. Em seguida, nos termos do Requerimento nº 340-64, o projeto foi retirado da Ordem do Dia, para audiência, por intermédio do Sr. Ministro da Fazenda, das Carteiras Agrícola e Industrial do Banco do Brasil e em especial de seus Departamentos Jurídicos. A diligência foi cumprida. Pelo aviso GB-283, de 20-10-64, o Sr. Ministro da Fazenda, transmitiu cópia dos Pareceres emitidos pelo Departamento Jurídico e pelas aludidas Carteiras, que concluem pelo não enquadramento das operações objetivadas no projeto.

Em discussão o projeto com a emenda.

Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, dá-la-ei como encerrada. (Pausa).

Está encerrada a discussão.

A votação do projeto fica adiada para a próxima Ordem do Dia, por falta de número.

Discussão em 1º turno (apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do art. 265 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 1964, de autoria do Sr. Senador Caffelatto Pinheiro, que altera o artigo 1º da Lei nº 1.573, de 19-3-52, tendo

Parecer (sob nº 1.392, de 1964) Justiça, pela inconstitucionalidade.

Em discussão o projeto, quanto à constitucionalidade. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, dou-a como encerrada.

A votação do projeto, quanto à preliminar, fica adiada para a próxima Ordem do Dia, por falta de quorum.

Discussão em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 61, de 1963, que autoriza o Poder Executivo a doar um terreno do Humaitá Atlético Clube de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências tendo

Pareceres (ns. 1.244, sem número, 1.245 e 1.246, de 1964) das Comissões:

— de Constituição e Justiça

1º pronunciamento: Pela aprovação, com a emenda que oferece, sob nº 1-CCJ;

2º pronunciamento:

Pela rejeição;

1º pronunciamento:

Solicitando pronunciamento do Ministério da Fazenda;

2º pronunciamento:

(Depois do pronunciamento do Ministério da Fazenda), propondo audiência da Comissão de Constituição e Justiça, opina pela rejeição.

Em discussão o Projeto com a emenda.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

A votação do projeto, que deverá ser feita por escrutínio secreto, fica adiada para a próxima sessão, por falta de quorum.

Item nº 25:

Discussão em turno único (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 265-A do Regimento Interno) do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1962, número 1.077-B-59, na Casa de Origem) que dá o nome de Leoberto Leal ao Aeroporto da cidade de Criciúma no Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer sob nº 1.224, de 1964 da Comissão de Constituição e Justiça, pela rejeição, por injuridicidade.

Em discussão o projeto, quanto a sua juridicidade.

Se nenhum Sr. Senador desejar discutir o projeto, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Por falta de quorum, fica adiada a votação para a próxima sessão.

Esta esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos. Tem a palavra o nobre Senador Vivaldo Lima, por permuta com o Sr. Senador Argenir de Figueiredo.

O SR. VIVALDO LIMA:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, melhor conheçam, e antes, ao que visa sibilina ou claramente o assunto em que se desdobram as laudas desta despretenciosa oração, malgrado motivos muitos, não nos faltam para dar-lhe a latitude bastante. São encontrados e férteis em toda a parte deste Brasil Grande.

Haverá alguém, porventura, que diante de qualquer coisa irritantemente inacabada, não se lembre de uma santa? Entre nós até — porque escondê-lo? — comum ouvir-lhe o nome ou mencioná-lo com a intuição zombeteira, tanto são os momentos em que a ela se deva aludir, como que estigmatizando a incuria e desinteresse pela conclusão das obras ou tarefas intermináveis.

Os que folheiam os periódicos, em particular "O Globo", não tiveram, por acaso, a sua atenção voltada para um despacho de Lisboa, divulgado nas edições de 15 do corrente, sob o título "Finalmente vai ser terminada a secular Igreja de Santa Engrácia?"

Eis, textualmente, como o assunto chegou ao conhecimento de seus leitores, espalhados pelo país inteiro:

"A pequena igreja lisboeta de Santa Engrácia, símbolo legendário das construções nunca terminadas, vai ser concluída no próximo ano, de acordo com a decisão do Ministro de Obras Públicas, engenheiro Arantes de Oliveira.

A Igreja de Santa Engrácia se havia transformado em Portugal e no Brasil num símbolo que todos empregam quando se trata de incriminar a lentidão da administração ou de qualquer obra pública ou particular.

"E' obra de Santa Engrácia" — diz-se nesses casos.

A história da igreja que fez nascer tal expressão remonta ao ano de 1630, época em que um judeu inocente condenado lançou uma maldição contra o edifício.

O fato aconteceu assim: Em 1630, a pequena igreja do Campo de Santa Clara de Lisboa foi profanada por ladrões que roubaram objetos de culto, guardados no tabernáculo.

O Sr. Guido Mondin — Agora volto a ter esperança na conclusão de Brasília.

O SR. VIVALDO LIMA — Agradeço a V. Exa. o subsídio que traz a meu discurso.

"Para desagrar tal afronta decidiu-se construir um novo templo. Quando já estava terminado, a cúpula caíra. Então a procura dos ladrões se reiniciou com redobrado vigor. Um judeu foi, finalmente, acusado, condenado e executado. Chamava-se Simão Pires Solis.

Maldição

Até o patíbulo Solis fez protestos de sua inocência declarando: "Estou tão certo de morrer inocente como de que a construção desta igreja nunca terminará".

Mais tarde averiguou-se que Pires Solis não fora o ladrão, mas sua maldição pesou durante mais de três séculos sobre o templo, cuja construção jamais foi terminada, apesar de empreendida diversas vezes.

"O Ministro Arantes de Oliveira acaba, com efeito, de decidir que a construção da Igreja de Santa Engrácia, seja realizada já é concluída no próximo ano, depois de 336 anos de superstição e chistes, riscando assim a expressão galhofeira do vocabulário popular luso-brasileiro.

O período derradeiro encerra, no entanto, uma promessa que, talvez, ainda não possa ser cumprida. Se a conclusão está prevista para o ano vindouro, alguma coisa, todavia, poderá ocorrer que leve a obra a uma nova interrupção forçada influenciada pelo espírito errante do injustiça, para o qual ainda são poucos os séculos transcorridos de sua morte violenta no tablado ignominioso, impedindo-a de concluir-se, a fim de que muitas gerações se convençam de sua inocência com a juda piedosa da própria Santa Engrácia.

Ha estrondos de morteiros e clarões de granadas, da terra e do ar, pronunciadores, no oriente, de luta sem quartel entre os campos ideológicos opostos, que ainda não acertaram os seus ponteiros, desesperando a humanidade da almejada e prometida convivência pacífica duradoura.

Quicá, o Vietnã do Norte e do Sul, como dois irmãos desunidos e irreconciliáveis, cada qual se travestindo de Abel, serão desta vez os estórvos naturais ou o instrumento de uma vontade espiritual tão implacável na sua maldição?

Se tal acontecer, então, manter-se-á o símbolo legendário inapagado da memória por séculos afora, como testemunho da falibilidade do julgamento humano, envolvendo o templo causador da desgraça cruel de um infeliz, e que, assim, jamais verá sua construção terminada.

De Lisboa, contudo, não ligendo aos acontecimentos explosivos das plagas

da Ásia longínqua, afirma-se que, no próximo ano, após 336 anos de superstição e chistes, se riscará do vocabulário popular luso-brasileiro a expressão galhofeira: "obra de Santa Engrácia".

E' possível que a padroeira agora libere da imprecação o que resta daquele edifício, já há mais de três séculos estranhamente contido em seus projetos de tornar-se a igreja do Campo de Santa Clara.

Os lusitanos assistirão, dessarte, ao fim de uma longa e exemplar exploração, interrompendo-se a via purgativa que se abria no santo lugar ante o sacrifício atroz e injusto de um ser humano.

De qualquer forma, até lá, isto é, no próximo ano da graça, se houver mesmo, de 1966, a Santa Engrácia culpar-se-á pela lentidão ou inconclusão de coisas muitas em toda parte, sobretudo entre nós, sem exclusão de nenhum quadrante.

Na verdade, tem sido ela sempre a mais lembrada, mal se depára com obras ou se enfrentam rotinas, que desiludem umas e enlouquecem outras.

Dizer do que acontece em nossos rincões catalogadas, tudo na verve popular, como influenciada pela Santa, talvez fôsse, por número, mais difícil do que penetrar num formigueiro para recensear a sua laboriosa população...

Alguém ousará contestar ou justificar o abandono ou a displicência em matéria de obras públicas ou privadas, quais esqueletos ou ruínas herdadas de civilizações extintas? Ou mesmo, em termos de iniciativas ou projetos que seguem os caminhos administrativos no âmbito municipal, estadual ou federal?

Em meu Estado, como exemplo, até uma centopéia se quisesse contá-las, havia de recorrer a outros familiares para que lhe prestassem seus próprios tentáculos, a fim de saciar a curiosidade ou o capricho de acenar no cálculo...

Assim sucede ou se observa em todo o Brasil nesse sentido, coisa de prática, aliás, remota e que perdura inexplicavelmente, resistindo invencivelmente aos ocasionais governantes e administradores imbuídos não obstante dos mais sadios propósitos.

A rotina, então, tem sido feroz e agressiva às incursões saneadoras. Nos três poderes, infelizmente, tal se vê e se observa, estagnando rudo e esfalfando os esperançosos crentes de melhores dias vindouros...

Os cariocas e fluminenses sentem agora nas mãos o peso da papelada que reúne os estudos sobre a ligação Rio-Niterói. Desde quando, naquelas paragens litorâneas, se cuida disso? Desde que a sua famosa e histórica baía era muito mais ampla...

A esta altura, porém, apesar de um Juarez Távora na Viação, divulga-se que a ligação tem provocado acirrados debates entre as duas correntes, cada uma das quais advogando a construção do túnel e da ponte, em oposição.

O Sr. Guido Mondin — Permite V. Exa. (Assentimento do orador) — Podemos lembrar o exemplo gaúcho. Nos, também, sofremos todas essas delongas, essas discussões que não acabavam nunca, quando se constituía num "ovo de Colombo" a construção da ponte sobre ilhas fronteiras a cidade de Porto Alegre. O assunto, hoje, pertence ao passado.

O SR. VIVALDO LIMA — E' mais um depoimento que se aduz às minhas considerações sobre quanto o Brasil gosta de "obras de Santa Engrácia". Mas, temos a esperança de que para o ano, a palavra de um português-ministro, Santa Engrácia resolva deixar-nos em paz.

(Lendo) — E' mais se diz: que ambas as correntes tem apresentado ra-

ções mais até agora não chegaram a um denominador comum.

Nem se diga ou se alegue que o Sobral Pinto está no meio para atrapalhar o negócio, se não o for da China...

E assim por diante, num infundável rosário de fatos inconseqüentes, que poderão comprometer o futuro e o prestígio da própria nação.

Fasia-nos, entretanto, Sr. Presidente, o conforto de que, em 1966, seja terminada a construção da Igreja de Santa Engrácia em Lisboa, com o que, então, cessarão os desastrosos efeitos da maldição ouvida de Simon Pires Solis.

Que Santa Engrácia, desde aí, libere compassivamente as nossas próprias obras inconclusas e inspire os nossos homens públicos nas iniciativas criadoras engavetadas.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende. (Pausa.)

S. Exa. não está presente. Dou a palavra ao nobre Senador Aurélio Vianna. (Pausa.)

S. Exa. não se encontra no recinto. Tem a palavra o nobre Senador Jefferson de Aguiar. (Pausa.)

S. Exa. (também não está presente. Tem a palavra o nobre Senador Vasconcellos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente e Srs. Deputados, não só eu, mas creio que todo o Senado, a Câmara dos Deputados, para não dizer todo o povo, qualquer um, está vivamente impressionado com o alto custo do ensino em nosso País.

Hoje, para uma criança da classe média estudar é quase que impossível dado o preço exorbitante cobrado pelos estabelecimentos de ensino em nosso País. No que tange a mensalidades, anuidades e taxas para as associações de pais e professores, de alunos, enfim, Sr. Presidente, tudo serve de pretexto para a cobrança indiscriminada das taxas e sobretaxas, agravando terrivelmente o custo do ensino no Brasil.

Por esse motivo hoje enviei à Mesa Projeto de Lei que versa um dos aspectos da questão justamente aquele que diz respeito ao uso de uniformes.

Todos sabem que os colégios exigem obrigatoriamente para os seus alunos o uso de uniformes, visando — o próprio nome o diz — estabelecer a uniformidade do vestuário.

Mas antigamente, Sr. Presidente, ainda era possível a um pai comprar uniforme para o seu filho. Hoje, pelos dados que tenho em meu poder, aquele que vive de salário já não pode mais fazer face a tal despesa principalmente porque alguns colégios exigem dois uniformes, sendo que alguns, através de seus estatutos, determinam a obrigatoriedade do uniforme de gala. Este é adquirido por preço ainda mais extorsivo, quase igual ao de uma casaca smoking ou a farda de gala das nossas Forças Armadas.

Terho ouvido dos nossos tratadistas econômicos que esta é uma hora de poupança. Para dar colaboração à poupança que precisa realmente ser feita, não é necessário que se sacrifique o essencial — porque a fome é muito séria, Sr. Presidente — mas podemos abolir o supérfluo.

Estou convencido, neste instante, com semelhantes preços de uniformes, de que poderemos catalogá-los na categoria de supérfluo pois, além do

mas, fazem a propaganda gratuita do estabelecimento de ensino.

O que pretendo é que nenhum estabelecimento de ensino, fiscalizado pelo Governo Federal, possa exigir, a qualquer título, o uso de uniforme aos seus alunos.

Penso que a medida é de transcendência, de grande alcance e de inegável oportunidade. Mesmo por que, num uniforme, hoje, já se nota diferença muito grande entre as classes sociais; alguns são confeccionados em casas especializadas, que ganham verdadeiras fortunas sem contribuírem, com seus lucros, para beneficiar o ensino. Outros, no entanto, não podem mandar fazer uniformes nessas casas especializadas. Portanto, há uma diferença muito grande, justamente o que pretendo abolir. Deste modo, passarão os estudantes a usar a roupa que vestem em casa, proporcionando folga no orçamento familiar.

Esta uma das razões por que penso que a proposição que enviei à Mesa — e disto tenho quase certeza — não deixará de ser aprovada por esta Casa. Está ela enquadrada nos moldes legislativos e não permitirá, pela sua importância, pela sua oportunidade e pelo seu alcance social, que uma comissão sequer dê parecer contrário ao projeto.

Minha convicção aumenta ainda mais pelo fato de saber que a maioria de Senadores é constituída, também, de pais de família. Graças a Deus, nós Senadores, não sentimos tanto essas dificuldades, pois não nos custa tanto enfrentar o orçamento escolar de nossos filhos.

Outro assunto é o que diz respeito ao uso dos livros didáticos.

Apresentei projeto, infelizmente não aprovado pela Casa. Pretendia, também, corrigir abuso de certas editoras que de comum acordo com diretorias de colégios todos os anos, mudam os livros escolares. Não há pai que, tendo dois ou três filhos, possa aproveitar os livros que um dos filhos usou em determinado período do curso, dois no ano seguinte é inexplicavelmente abolido.

A gramática não muda a aritmética não muda, o francês não muda, as ciências físicas e naturais, as noções elementares também não mudam o inglês não muda; só mudam, Senhor Presidente, o preço e a capa do livro. Porque, se conteúdo é o mesmo?

Isso, a exemplo do vestuário, agrava sensivelmente o orçamento do chefe de família, já brutalmente atingido pela elevação constante do custo de vida.

Sr. Presidente, falando neste fim da sessão, quero pedir a meus ilustres pares a fineza de considerarem essa proposição, vindo em minhas palavras o pedido prévio de apoio para matéria de tanta magnitude.

Era o que tinha a dizer (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a de amanhã a Ordem do Dia que será constituída da matéria adiada na sessão de hoje e mais a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 18 de março de 1965

(Quinta-feira)

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1963 (nº 3.204-C de 1961 na Casa de origem) que dispõe sobre a remuneração

de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e em Agronomia, tendo pareceres (nºs 859 a 862, de 1964 e 20 a 23, de 1965) das Comissões: I — Sobre o projeto — de Legislação Social; 1º pronunciamento — pela audiência da Comissão de Constituição e Justiça; 2º pronunciamento — favorável; de Constituição e Justiça, favorável com a emenda que ofereça sob nº 1-CCJ; de Serviço Público Civil favorável. II — Sobre as emendas nºs 1-CCJ e 2. de Plenário) de Constituição e Justiça, favorável a subemenda que ofereça; e de Serviço Público Civil, favorável às emendas e à subemenda.

2

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1960, que dispõe sobre servidores do Departamento Nacional de Endemias Rurais, tendo pareceres (nºs 1.247, 1.248 e 1.249, de 1964) das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; — de Serviço Público Civil, pela rejeição; e — de Finanças, pela rejeição.

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 1963, que autoriza o Poder Executivo a doar um terreno ao Humaitá Atlético Clube de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências, tendo pareceres (nºs 1.244, 1.245 e 1.246, de 1964) das Comissões: — de Constituição e Justiça 1º pronunciamento: pela aprovação, com a emenda que ofereça, sob nº 1-CCJ; 2º pronunciamento: pela rejeição; — de Finanças 1º pronunciamento: solicitando pronunciamento do Ministério da Fazenda; 2º pronunciamento: (depois do pronunciamento do Ministério da Fazenda), propondo audiência da Comissão de Constituição e Justiça, opinando pela rejeição.

4

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1962, de autoria do Sr. Senador Ary Vianna, que proibe a remoção do servidor público civil ou autárquico, da União (Projeto aprovado, com emendas, em 16 de setembro último), tendo pareceres (nºs 1.073, 1.691 e 1.692, de 1964) das Comissões: — de Redação, oferecendo a redação do vencido em 1º turno; — de Constituição e Justiça (sobre a emenda de Plenário) favorável, com a emenda que ofereça; e — de Serviço Público Civil, pela rejeição das emendas de Plenário e da Comissão de Constituição e Justiça.

5

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 1962, nº 2.460-C de 1960, na Casa de origem, que concede estabilidade aos Capelães Militares que contarem mais de dez anos consecutivos de serviço, e dá outras providências, tendo pareceres sob nºs: 1.537, 1.538, 1.539 e 1.540, de 1964, das Comissões: — da Comissão de Segurança Nacional: 1º, pela audiência da Comissão e Justiça; dos Ministérios da Marinha, Guerra e Aeronáutica; 2º, pelo arquivamento. — de Constituição e Justiça, pela rejeição; — de Finanças, pela rejeição.

6

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1965 (nº 122-B de 1963, na Casa de origem), que estende o direito a prisão especial aos guardas-civis dos Estados e Territórios, tendo parecer nº 120, de 1965 da Comissão de Constituição e Justiça favorável, nos termos de substitutivo que ofereça.

7

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 1964, de autoria do Senhor Senador

Antonio Carlos, que dispõe sobre a acumulação de cargos, pelos Dentistas, nas autarquias, tendo pareceres (nºs 1.685 a 1.687, de 1964) das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; — de Legislação Social, pela rejeição; e — de Serviço Público Civil, pela aprovação.

8

Discussão, em turno suplementar (art. 275-A do Regimento Interno) do substitutivo, aprovado na sessão de 17 do mês em curso, ao Projeto de Lei da Câmara nº 324, de 1964 (nº 2.465-B de 1964, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que regula o pagamento de dotações orçamentárias a entidades privadas e dá outras providências.

9

Votação, em turno único (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 265-A, do Regimento Interno) do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1962, nº 1.077-B de 1959, na Casa de origem) que dá o nome de Leoberto Leal ao Aeroporto da cidade de Criciúma no Estado de Santa Catarina, tendo parecer sob nº 1.224, de 1964, da Comissão de Constituição e Justiça, pela rejeição, por injuridicidade.

10

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1962, de autoria do Sr. Senador Nogueira da Gama, que dispõe sobre a revisão das concessões de privilégios de invenções e registros de marcas, estabelece normas para a remessa de "royalties" e dá outras providências, tendo

Pareceres (sob nºs 1.324 a 1.326 de 1964) das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e — de Economia;

1º pronunciamento, pela audiência do Departamento Nacional de Propriedade Industrial, através do Ministério da Indústria e Comércio.

2º pronunciamento (após exposição de motivos, feita pelo Senhor Ministro da Indústria e Comércio, sobre a matéria) contrário.

11

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1964, de autoria do Senhor Senador Antonio Carlos que autoriza a Carteira de Colonização do Banco do Brasil S. A. a efetivar operações de financiamento às Prefeituras Municipais, para aquisição de veículos rodoviários, tendo

Pareceres (nºs 851, 852 e 853, de 1964) das Comissões:

— de Constituição e Justiça

1º pronunciamento: pela inconstitucionalidade

2º pronunciamento: favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Finanças;

— favorável, nos termos do substitutivo que ofereça, com voto vencido quanto ao art. 3º do Sr. Senador Mem de Sá.

NOTA — Em 27-8-64 foi lida e apoiada a emenda nº 1. Em seguida, nos termos do Requerimento nº 340 de 1964, o projeto foi retratado da Ordem do Dia, para audiência, por intermédio do Sr. Ministro da Fazenda, das Cartas Agrícola e Industrial do Banco do Brasil e em especial de seus Departamentos Jurídicos. A diligência foi cumprida. Pelo aviso CB-283, de 20-10-64, o Sr. Ministro da Fazenda, transmitiu cópia dos Pareceres emitidos pelo Departamento Jurídico e

peças aludidas Carteiras, que concluem pelo não enquadramento das operações objetivadas no projeto.

12

Votação, em turno único (com apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do art. 265 do Regimento Interno) do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1962 (nº 3.968-B de 1958, na Casa de origem) que concede pensão vitalícia, no valor mensal de Cr\$ 5.000, a Alexandre Sartori, ex-servidor do DNER, tendo Parecer sob nº 37, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça, contrário, por inconstitucional.

13

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1963 (nº 1.205-B de 1959, na Casa de origem) que proíbe o uso da expressão "BRASILIA", pelas sociedades mercantis de natureza imobiliária, e das outras providências, tendo Pareceres (nºs 1.231 e 1.232, de 1964) das Comissões: — de Constituição e Justiça, declarando escapar o assunto à sua alçada. — de Distrito Federal, pela rejeição.

14

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 1960 (nº 253-B de 1959, na Casa de origem) que altera o Decreto-lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944, que reforma a Lei de Acidentes do Trabalho, tendo Pareceres (nºs 24 e 25, de 1965) da Comissão de Legislação Social: 1º pronunciamento — solicitando audiência do Ministério do Trabalho; 2º pronunciamento (a diligência não foi cumprida) — pela aprovação.

15

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 318, de 1964 (nº 4.881-B de 1963, na Casa de origem) que concede isenção de licenças, impostos e taxas de importação e consumo para materiais hospitalares doados pela Evangelische Zentralstelle für Entwicklungshilfe E. V., da República Federal da Alemanha, ao Hospital Evangélico da Bahia, tendo Parecer favorável sob o nº 60, de 1965, da Comissão de Finanças.

16

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 319, de 1964 (nº 4.887-B de 1962, na Casa de origem) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros) para a construção do Quartel dos Fuzileiros Navais em Brasília, tendo Parecer favorável sob o nº 49, de 1965, da Comissão de Finanças.

17

Votação, em 1º turno (apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do art. 265 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 1964, de autoria do Senhor Senador Cattete Pinheiro, que altera o art. 1º da Lei nº 1.573, de 13 de março de 1952, tendo parecer (sob nº 1.392, de 1964) da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

18

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1963, de autoria do Sr. Senador Raul Guberti, que inclui no Plano Rodoviário Nacional a pavimentação das estradas Coatima, Barra de São Francisco, Ecoporanga, Itapemirim, Cachoeira, Alegre e Guaçu, tendo Pareceres sob ns. 1.172, 1.173, 1.174 e 1.175, de 1964, das Comissões: — de Constituição e Justiça: 1º favorável,

oferecendo substitutivo; 2º pela constitucionalidade; — de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, favorável, nos termos do substitutivo que oferece e contrário à emenda substitutiva da Comissão de Const. e Justiça, nº 1-CCJ; — de Finanças, favorável à emenda substitutiva número 1-CCJ, da Comissão de Constituição e Justiça.

19

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 21, de 1965, que suspende a execução do art. 2º da Lei nº 4.702, de 23 de outubro de 1963, do Estado de Goiás, no que concerne à fixação das divisas do município de Mozarlândia, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão do seu Parecer nº 61, de 1965).

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas).

EDITORIAL QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 37, DE 1965, DO SR. CATTETE PINHEIRO, APROVADO NA SESSÃO DE 17-3-1965.

MISSÃO NACIONAL

Concluindo as classes empresariais e o povo para as tarefas de retomada do processo do desenvolvimento econômico, o Presidente da República demonstrou que concebe o crescimento da riqueza nacional não apenas como um problema cuja solução é estruturada pela técnica e os instrumentais do planejamento. O desenvolvimento é, antes de tudo, uma vontade para o progresso. E ato assumido por livre deliberação. Um ato de consciência social.

Nessa decisão, de criar condições para a expansão da riqueza nacional, está empenhado o Brasil, e não é de hoje. Se esse empenho chegou a ser perturbado durante o último Governo, nem por isso a alma brasileira dele se afastou. Está disposta ao reencontro, nos termos em que o colocou o Presidente da República: desenvolvimento à base do "planejamento dialogado".

No Governo Kubitschek, que assinalou, realmente, a demarcação do processo de desenvolvimento, tivemos, porém, o monólogo. Da unilateralidade das decisões resultou um acervo de erros tremendo, dos quais o mais grave foi o acirramento das disparidades regionais. O Brasil, ao transpor o limiar da grande industrialização, não o fez de forma homogênea, de modo a que o progresso se distribuisse, com equidade, por todas as regiões que compõem o País.

Há dezenove anos que, através de sua representação parlamentar, o povo brasileiro se insurgiu contra a persistência, na sua paisagem social, da maior área-problema de que temos notícia, nas zonas tropicais: a Amazônia.

Quando foi votada a Constituição de 1946, a Nação fez inscrever, no texto da Magna Carta, um dispositivo (o artigo 193) pelo qual a recuperação econômica da região passou a ser definida como imperativo de sobrevivência nacional. Posteriormente, a União criou um órgão destinado, especificamente, a promover a integração da Amazônia na economia nacional, à qual ela não se liga senão por tenuíssimos filamentos.

Mais de 2 milhões de brasileiros vivem ali, numa área que representa mais da metade do território nacional — 59,4% do total da nossa área geográfica. As condições de vida em tão ampla região podem ser definidas através de dois dados decisivos.

O primeiro, quanto à mortalidade infantil. Há cidades amazônicas onde, entre mil crianças nascidas, oitocentas morrem antes de atingir o primeiro ano de vida. Do ponto de vista da alimentação, há outro dado não menos impressionante. Da área de culturas alimentares, a cada habitante correspondem 2 ares, quando deveriam corresponder de 70 a 80. A área cultivada é quase quarenta vezes deficitária. Uma família, na África Equatorial, dispõe de 60 ares para culturas alimentares, enquanto a família amazônica dispõe apenas de 10 ares. Quer dizer: estamos abaixo da África.

Grande área-problema era o Nordeste. Hoje, sob a ação da SUDENE, o quadro se está transformando. A partir da Revolução, o órgão dinamizou suas atividades, impulsionando o aceleramento da região.

Há, para a Amazônia, uma espécie de SUDENE: a SPVEA. Apenas com uma diferença. Não funciona como

a sua congênera nordestina. Contra a sua inércia está reagindo a consciência parlamentar da região, na Câmara e no Senado. Com a criação, pela Revolução, do Ministério do Interior, confiado ao General Cordeiro de Farias, que tão bem conhece os problemas brasileiros, cremos que chegou a hora não apenas de dar uma revisão burocrática da SPVEA — o que afinal não significará muita coisa — mas, sobretudo, da galvanização das energias e potencialidades amazônicas, de efetiva integração da grande área na economia brasileira. Em verdade a economia ali ainda é prae-capitalista. Mas um país como o Brasil não pode desenvolver-se conservando manchas de atraso e miséria no seu território. A Revolução precisa acelerar o processo da luta contra as disparidades regionais montando na Amazônia um dos pólos, um dos centros dinâmicos do desenvolvimento nacional integrado. Tal como está fazendo no Nordeste. Esta é uma missão nacional a cumprir.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Atos do Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 5 DE 1965

O Primeiro Secretário, no uso de suas atribuições, resolve desligar do Gabinete do Vice-Líder da UDN os funcionários abaixo discriminados, mandando consignar, nos assentamentos desses servidores, os agradecimentos do Excelentíssimo Senador Heribaldo Vieira pelos bons e leais serviços prestados, durante o período em que estiveram lotados em seu Gabinete:

Zuleika de Castro Monteiro, Oficial Legislativo, PL-6;

Marcos Vieira, Oficial Arquivologista, PL-4;

Florian Lacerda, Motorista PL-9; Hilton Amaral, Auxiliar de Portaria, PL-10;

Agenor Gomes Cardoso, Motorista, PL-9.

Senado Federal, em 11 de março de 1965. — *Dinarte Mariz*, 1º Secretário.

PORTARIA Nº 6 DE 1965

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra J, nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963 resolve desligar Maria de Lourdes Veiga, Auxiliar Legislativo, PL-9, das funções de Auxiliar do Gabinete do Presidente da Comissão de Legislação Social, a partir de 15 de março em curso.

Secretaria do Senado Federal em 11 de março de 1965. — *Dinarte Mariz*, 1º Secretário.

PORTARIA Nº 7 DE 1965

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra J — nº 1, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve designar para completar o seu Gabinete, nas funções de Auxiliar, João Alves Ferreira, Motorista, PL-10.

Secretaria do Senado Federal, em 11 de março de 1965. — *Dinarte Mariz*, 1º Secretário.

PORTARIA Nº 8 DE 1965

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra J — nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve designar para integrar o Gabinete do Presidente da Comissão de Economia os seguintes funcionários:

Para Secretário

João Pires de Oliveira Filho, Oficial Legislativo, PL-6.

Para Auxiliar

Jayme Corrêa de Sá, Notarista, PL-8.

Para Continuo

Antonio Gomes da Rocha, Auxiliar de Portaria, PL-9.

Para Motorista

Romeu Paulino Salgado, Motorista, PL-10.

Secretaria do Senado Federal, em 15 de março de 1965. — *Dinarte Mariz*, 1º Secretário.

Comissão do Distrito Federal

1ª REUNIAO (INSTALAÇÃO) REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 1965

Às dezessete horas e quinze minutos do dia dezesseis de março de mil novecentos e sessenta e cinco, presentes os Srs. Senadores Aurélio Vianna, Walfrido Gurgel, Pedro Ludovico, Eurico Rezende e Arthur Virgílio na Sala das Comissões, reúne-se a Comissão do Distrito Federal.

De acordo com o que preceitua o parágrafo 3º, do art. 81, do Regimento Interno, assume a Presidência o Sr. Senador Pedro Ludovico, que declara instalados os trabalhos da Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental o Sr. Presidente declara que irá proceder à eleição do Presidente e Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas o Sr. Presidente designa para funcionar como escrutinador o Sr. Senador Walfrido Gurgel.

Procedida a eleição verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente

Senador Aurélio Vianna — 4 votos.

Senador Eurico Rezende — 1 voto.

Para Vice-Presidente

Senador Pedro Ludovico — 4 votos. Senador Walfrido Gurgel — 1 voto. São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Srs. Senadores Aurélio Vianna e Pedro Ludovico.

Assumindo a Presidência o Senhor Senador Aurélio Vianna agradece a seus pares a honra com que foi distinguido, prometendo exercer tão elevada função, em estreito entendimento com seus companheiros.

A seguir, o Sr. Presidente comunica que as reuniões ordinárias serão realizadas às quinta-feiras às 16 horas.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Alexandre Marques de Albuquerque Mello, Secretário, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros. — Aurélio Vianna — Pedro Ludovico — Arthur Virgílio — Eurico Rezende — Walfredo Gurgel.

Normas aprovadas pela Comissão Diretora a serem observadas pela Comissão de Promoções.

A Comissão de Promoções, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4.º da Resolução n.º 18, de 1950, resolve estabelecer as seguintes normas para o seu funcionamento:

I — A Comissão de Promoções, com a maioria absoluta de seus membros, reunir-se-á sob a Presidência do Diretor Geral e, no seu impedimento, pelos seus substitutos legais, para examinar as informações que lhe serão fornecidas pela Diretoria do Pes-

soal e outros elementos que a Comissão julgar ponderáveis, a fim de apurar o merecimento dos funcionários e indicá-los à promoção;

II — A Diretoria do Pessoal remeterá à Comissão de Promoções todos os elementos necessários à apuração do merecimento necessários à apuração do merecimento dos funcionários de cada classe e carreira, tão logo se verificarem vagas no Quadro da Secretaria, que devam ser preenchidas por promoções, e atenderá a todos os pedidos de informações e esclarecimentos que pela mesma Comissão lhe forem dirigidos;

III — As deliberações serão tomadas pela maioria da Comissão, sendo suas reuniões sempre secretas;

IV — O Presidente designará um dos Diretores de Serviço para secretariar a Comissão, pelo sistema de rodízio;

V — Os trabalhos da Comissão começarão pela leitura e discussão da ata da reunião anterior, a qual, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente;

VI — Verificada a vaga, o Presidente convocará a Comissão logo após o recebimento das informações que a Diretoria do Pessoal deverá

prestar, dentro do prazo máximo de 20 dias úteis, a contar da vacância do cargo, salvo a hipótese do art. 3.º da Resolução 18, de 1959;

VII — A faculdade de reunião no período de recesso de que trata o artigo 3.º da citada Resolução, poderá ser exercida pela Comissão, por deliberação da maioria de seus Membros;

VIII — A Comissão de Promoções encaminhará à Comissão Diretora lista triplíce para vaga a ser preenchida por merecimento. Ocorrendo outras vagas, os nomes que integravam a lista anterior figurarão, automaticamente, nas subsequentes, salvo se houver o funcionário incorrido em desmerecimento;

IX — A apuração do merecimento do funcionário far-se-á por meio de Boletins de Merecimento, que são preenchidos pela própria Comissão de Promoções, à vista das informações prestadas, em caráter sigiloso, pelos Diretores de Serviço e outros funcionários chamados a se manifestarem, levando-se em consideração a competência, capacidade de trabalho, assiduidade e dedicação ao serviço, urbanidade no trato para com as partes, conduta em relação aos seus chefes e companheiros de trabalho;

X — Para a apuração de merecimento poderá a Comissão estabelecer a classificação por meio de pontos, que serão lançados em Boletins para esse fim organizados;

XI — Para os fins do item anterior, os pontos terão o seguinte valor:

a) sim (s) cinco pontos;
b) mais ou menos (m), três pontos;

c) não (n), nenhum ponto ou zero.

XII — O grau de merecimento do funcionário será representado pela média aritmética dos índices de merecimento.

XIII — A Comissão por unanimidade poderá atribuir, além dos pontos essenciais, até 10 pontos mais ao funcionário reputado excepcional.

XIV — As propostas, os pareceres e as informações da Comissão de Promoções serão encaminhadas à Comissão Diretora, por intermédio do Diretor Geral.

Comissão de Promoções, em 12 de outubro de 1959 — Luiz Nabuco — Presidente.

(Publicada no D. C. N. de 23 de novembro de 1959).

COMISSÕES PERMANENTES

MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD)
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama (FTB)
 1º Secretário — Dinarte Maris (UDN)
 2º Secretário — Gilberto Marinho (PSD)
 3º Secretário — Adalberto Sena (PTB)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (PTN)
 1º Suplente — Joaquim Parente (UDN)
 2º Suplente — Guido Mohdin (PSD)
 3º Suplente — Vasconcellos Torres (PTB)
 4º Suplente — Raul Giuberti (PSP-ES)

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) — 22 representantes

- | | |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1. José Gomard — Acre | 12. Antônio Balbino — Bahia |
| 2. Lobão da Silveira — Pará | 13. Jefferson de Aguiar — E. Santo |
| 3. Eugênio Barros — Maranhão | 14. Gilberto Marinho — Guanabara |
| 4. Sebastião Archer — Maranhão | 15. Moura Andrade — São Paulo |
| 5. Victorino Freire — Maranhão | 16. Atílio Fontana — Santa Catarina |
| 6. Sigefredo Pacheco — Piauí | 17. Guido Monodim — R. G. Sul |
| 7. Menezes Pimentel — Ceará | 18. Benedito Valladares — M. Gerais |
| 8. Wilson Gurgel — R. G. Norte | 19. Filinto Müller — Mato Grosso |
| 9. Walfredo Gurgel — R. G. Norte | 20. José Feliciano — Goiás |
| 10. Ruy Carneiro — Paraíba | 21. Juscelino Kubitschek — Goiás |
| 11. José Leite — Sergipe | 22. Pedro Ludovico — Goiás |

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

- | | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Adalberto Sena — Acre | 10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco |
| 2. Oscar Passos — Acre | 11. José Ermirio — Pernambuco |
| 3. Vivaldo Lima — Amazonas | 12. Silvestre Pérciles — Alagoas |
| 4. Edmundo Levi — Amazonas | 13. Vasconcelos Torres — R. Janeiro |
| 5. Arthur Virgílio — Amazonas | 14. Nelson Maculan — Paraná |
| 6. Antônio Jucá — Ceará | 15. Mello Braga — Paraná |
| 7. Dix-Huit Rosado — R. G. Norte | 16. Nogueira da Gama — M. Gerais |
| 8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba | 17. Bezerra Neto — Mato Grosso |
| 9. Barros Carvalho — Pernambuco | |

UNIAO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN) — 16 representantes

- | | |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Zacharias de Assumpção — Pará | 9. Afonso Arinos — Guanabara |
| 2. Joaquim Parente — Piauí | 10. Padre Calazans — São Paulo |
| 3. José Cândido — Piauí | 11. Adolpho Franco — Paraná |
| 4. Dinarte Mariz — R. G. Norte | 12. Irineu Bornhausen — S. Catarina |
| 5. João Agripino — Paraíba | 13. Antônio Carlos — S. Catarina |
| 6. Rui Palmeira — Alagoas | 14. Daniel Krieger — R. G. Sul |
| 7. Heribaldo Vieira — Sergipe | 15. Milton Campos — Minas Gerais |
| 8. Eurico Rezende — E. Santo | 16. Lopes da Costa — Mato Grosso |

PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

1. Cattete Pinheiro — Pará
2. Lino de Mattos — São Paulo

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Giuberti — Espírito Santo
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Viana — Guanabara

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Melo — Alagoas

SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia
2. Heribaldo Vieira — Sergipe

RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	16
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Total	65
Sem legenda	1
Total	66

BLOCOS PARTIDÁRIOS

Bloco Parlamentar Independente

PSP	2 Senadores
PTN	2 Senadores
PSB	1 Senador
PR	1 Senador
MTR	1 Senador
PDC	1 Senador
Sem legenda	2 Senadores

LIDERANÇAS

Líder do Governo:

Daniel Krieger (UDN)

Vice-Líder:

Mem de Sá

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Líder:

Lino de Mattos (PTN)

Vice-Líderes:

Aurélio Vianna (PSB)

Júlio Leite (PR)

Josaphat Marinho (sem legenda)

Aarão Steinbruch (MTR)

Miguel Couto (PSP)

Arnon de Melo (PDC)

Dilton Costa (PR)

II PARTIDOS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

Líder: Filinto Müller

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves

Sigefredo Pacheco

Walfredo Gurgel

Victorino Freire

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Líder: Barros Carvalho

Vice-Líderes:

Bezerra Neto

Oscar Passos

Antônio Jucá

UNIAO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)

Líder: Daniel Krieger

Vice-Líderes:

Eurico Rezende

Adolpho Franco

Padre Calazans

Lopes da Costa

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Líder: Mem de Sá

Vice-Líder: Aloysio de Carvalho

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Miguel Couto

Vice-Líder: Raul Giuberti

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Líder: Lino de Mattos

Vice-Líder: Cattete Pinheiro

III — PARTIDOS DE UM SÓ REPRESENTANTE

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

Representante: Aarão Steinbruch

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

Representante: Arnon de Melo

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

Representante: Júlio Leite

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

Representante: Aurélio Vianna

AGRICULTURA

PSD

- TITULARES
1. Eugênio Barros
 2. José Leite

SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Atílio Fontana

PTB

1. José Ermirio
2. Nelson Maculan

1. Dix-Huit Rosado
2. Antônio Jucá

UDN

1. Lopes da Costa
2. Antônio Carlos

1. Daniel Krieger
2. João Agripino

BPI

1. Dilton Costa

1. Aurélio Vianna

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PSD

- TITULARES
1. Jefferson de Aguiar
 2. Antônio Balbino
 3. Wilson Gonçalves
 4. Ruy Carneiro

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel
2. José Feliciano
3. Filinto Müller
4. Benedito Valladares

PTB

1. Edmundo Levi
2. Bezerra Neto
3. Arthur Virgílio

1. Argemiro Figueiredo
2. Mello Braga
3. Oscar Passos

UDN

1. Afonso Arinos
2. Heribaldo Vieira
3. Aloysio de Carvalho

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
3. João Agripino

BPI

1. Josaphat Marinho

1. Aarão Steinbruch

DISTRITO FEDERAL

TITULARES	PSD	SUPLENTE
1. Pedro Ludovico	1. José Feliciano	
2. Walfredo Gurgel	2. Benedicto Valladares	
	PTB	
1. Arthur Virgílio	1. Bezerra Neto	
2. Mello Braga	2. Antônio Jucá	
	UDN	
1. Eurico Rezende	1. Zacarias de Assunção	
2. Heribaldo Vieira	2. Lopes da Costa	
	BPI	
1. Aurélio Vianna	1. Lino de Mattos	

ECONOMIA

TITULARES	PSD	SUPLENTE
1. Atílio Fontana	1. Jefferson de Aguiar	
2. José Feliciano	2. Sigefredo Pacheco	
3. José Leite	3. Sebastião Archer	
	PTB	
1. José Ermirio	1. Bezerra Neto	
2. Nelson Maculan	2. Mello Braga	
	UDN	
1. Adolpho Franco	1. Zacarias de Assunção	
2. Lopes da Costa	2. José Cândido	
3. Irineu Bornhausen	3. Mem de Sá	
	BPI	
1. Miguel Couto	1. Aurélio Vianna	

EDUCAÇÃO E CULTURA

TITULARES	PSD	SUPLENTE
1. Menezes Pimentel	1. Benedicto Valladares	
2. Walfredo Gurgel	2. Sigefredo Pacheco	
	PTB	
1. Antônio Jucá	1. Edmundo Levi	
2. Arthur Virgílio	2. Melo Braga	
	UDN	
1. Padre Calazans	1. Afonso Arinos	
2. Mem de Sá	2. Faria Tavares	
	BPI	
1. Arnou de Mello	1. Josaphat Marinho	

FINANÇAS

TITULARES	PSD	SUPLENTE
1. Victorino Freire	1. Atílio Fontana	
2. Lobão da Silveira	2. José Guimard	
3. Sigefredo Pacheco	2. Eugênio Barros	
4. Wilson Gonçalves	4. Menezes Pimentel	
5. Walfredo Gurgel	5. Pedro Ludovico	
	PTB	
1. Argemiro Figueiredo	1. José Ermirio	
2. Bezerra Neto	2. Edmundo Levi	
3. Pessoa de Queiroz	3. Mello Braga	
4. Antônio Jucá	4. Oscar Passos	
	UDN	
1. Faria Tavares	1. João Agripino	
2. Irineu Bornhausen	2. Adolpho Franco	
3. Eurico Rezende	3. Daniel Krieger	
	PL	
1. Mem de Sá	1. Aloysio de Carvalho	
	BPI	
3. Lino de Mattos	1. Josaphat Marinho	
1. Aurélio Vianna	2. Miguel Couto	

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES	PSD	SUPLENTE
1. José Feliciano	1. Lobão da Silveira	
2. Atílio Fontana	2. Sebastião Archer	
	PTB	
1. Nelson Maculan	1. Vivaldo Lima	
2. Barros Carvalho	2. Oscar Passos	
	UDN	
1. Adolpho Franco	1. Lopes da Costa	
2. Irineu Bornhausen	2. Eurico Rezende	
	BPI	
1. Dilton Costa	1. Aarão Steinbruch	

LEGISLAÇÃO SOCIAL

TITULARES	PSD	SUPLENTE
1. Ruy Carneiro	1. José Guimard	
2. Walfredo Gurgel	2. Sigefredo Pacheco	
3. Atílio Fontana	3. José Leite	
4. Eugênio Barros	4. Lobão da Silveira	
	PTB	
1. Vivaldo Lima	1. Antônio Jucá	
2. Edmundo Levi	2. Pessoa de Queiroz	
	UDN	
1. Eurico Rezende	1. Lopes da Costa	
2. Heribaldo Vieira	2. Zacarias de Assunção	
	BPI	
1. Aarão Steinbruch	1. Dilton Costa	

MINAS E ENERGIA

TITULARES	PSD	SUPLENTE
1. Benedicto Valladares	1. Pedro Ludovico	
2. Jefferson de Aguiar	2. Filinto Müller	
	PTB	
1. José Ermirio	1. Nelson Maculan	
2. Argemiro Figueiredo	2. Antônio Jucá	
	UDN	
1. João Agripino	1. José Cândido	
2. Faria Tavares	2. Afonso Arinos	
	BPI	
1. Josaphat Marinho	1. Arnou de Mello	

POLÍCIANO DAS SÉCAS

TITULARES	PSD	SUPLENTE
1. Ruy Carneiro	1. Sigefredo Pacheco	
2. Sebastião Archer	2. José Leite	
	PTB	
1. Argemiro Figueiredo	1. José Ermirio	
2. Dix-Fruct Rosado	2. Antônio Jucá	
	UDN	
1. João Agripino	1. Lopes da Costa	
2. Heribaldo Vieira	2. Antônio Carlos	
	BPI	
1. Aurélio Vianna	1. Dilton Costa	

PROJETOS DO EXECUTIVO

TITULARES	PSD	SUPLENTE
1. Wilson Gonçalves	1. Walfredo Gurgel	
2. José Guimard	2. José Feliciano	
3. Jefferson de Aguiar	3. Ruy Carneiro	
	PTB	
1. José Ermirio	1. Mello Braga	
2. Bezerra Neto	2. Edmundo Levi	
	UDN	
1. João Agripino	1. Daniel Krieger	
2. Antônio Carlos	2. Adolfo Franco	
	BPI	
1. Lino de Mattos	1. Aurélio Vianna	
	PL	
1. Mem de Sá	1. Aloysio de Carvalho	

REDAÇÃO

TITULARES
1. Walfredo Gurgel
2. Sebastião Archer

1. Dix-Huit Rosado

1. Antônio Carlos

1. Josaphat Marinho

CSA

SUPLENTE
1. Lobão da Silveira
2. José Feliciano

PTB

1. Edmundo Levi

UDN

1. Eurico Rezende

BPI

1. Dilton Costa

RELAÇÕES EXTERIORES

PSD

TITULARES
1. Benedito Valladares
2. Filinto Müller
3. Menezes Pimentel
4. José Guilomard

SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Victorino Freire
3. Wilson Gonçalves
4. José Leite

PTB

1. Pessoa de Queiroz
2. Vivaldo Lima
3. Oscar Passos

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá
3. Mello Braga

UDN

1. Antônio Carlos
2. José Cândido
3. Rui Palmeira

1. Padre Calazans
2. João Agripino
3. Mem de Sá

BPI

1. Aarão Steinbruch

1. Arnon de Mello

SAÚDE

PSD

TITULARES
1. Sigefredo Pacheco
2. Pedro Lindovico

SUPLENTE

1. Walfredo Gurgel
2. Eugênio Barros

PTB

1. Dix-Huit Rosado

1. Antônio Jucá

UDN

1. José Cândido

1. Lopes da Costa

BPI

1. Miguel Couto

1. Lino de Mattos

SEGURANÇA NACIONAL

PSD

TITULARES
1. José Guilomard
2. Victorino Freire

SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Atílio Fontana

PTB

1. Oscar Passos
2. Silvestre Péricles

1. Dix-Huit Rosado
2. José Ermirio

UDN

1. Zacarias de Assunção
2. Irineu Bornhausen

1. Adolpho Franco
2. Eurico Rezende

BPI

1. Aarão Steinbruch

1. Josaphat Marinho

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

PSD

TITULARES
1. Sigefredo Pacheco
2. Victorino Freire

SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Filinto Müller

PTB

1. Mello Braga
2. Silvestre Péricles

1. Antônio Jucá
2. Dix-Huit Rosado

UDN

1. Padre Calazans
2. Aloysio de Carvalho

1. Antônio Carlos
2. Mem de Sá

BPI

1. Aurélio Vianna

1. Miguel Couto

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

PSD

TITULARES
1. Eugênio Barros
2. José Leite

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. José Guilomard

PTB

1. Mello Braga

1. Bezerra Neto

UDN

1. Lopes da Costa

1. Irineu Bornhausen

BPI

1. Arnon de Mello

1. Josaphat Marinho

COMISSÕES ESPECIAIS

A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62 do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 1.193-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completa em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63 do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) - Partidos

Guilberto Marinho - PSD.
Menezes Pimentel - PSD.
Heribaldo Vieira - UDN.
Milton Campos - UDN.
Vasconcelos Torres - PTB.
Edmundo Levi - PTB.
Aloysio de Carvalho - PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 561-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) - Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) - PSD.
Wilson Gonçalves - PSD.
Arthur Virgílio - PTB.
Edmundo Levi - PTB.
Adolpho Franco - UDN.
Eurico Rezende (Vice-Presidente) - UDN.
Josaphat Marinho - S/legenda.
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castellan Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 1 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161 de 1963 do Senador Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) - Partidos

Atílio Fontana - Presidente - PSD.
José Feliciano - (Vice-Pr.) - PSD.
José Ermirio - Relator - PTB.
Adolpho Franco - UDN.
Aurélio Vianna - PSD.
PL-3, Julieta Ribeiro de S. E. S.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63 do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963.

Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Senador Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 16 de dezembro de 1963.

Membros (5) - Partidos

José Feliciano - PSD.
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) - PSD.
José Ermirio (Presidente) - PTB.
Lopes da Costa - UDN.
Aurélio Vianna (Relator) - PSD.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
Reuniões: 2ª e 4ª feiras às 14 horas.

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 565-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) - Partidos

José Feliciano - PSD.
Atílio Fontana - PSD.
Eugênio Barros - PSD.
José Ermirio (Relator) - PTB.
Bezerra Neto - PTB.
Mello Braga - PTB.
Lopes da Costa - UDN.
Milton Campos (Presidente) - UDN.
Júlio Leite (Vice-Pr.) - PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
Reuniões: 5ªs feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63 do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63 do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) - Partidos

Atílio Fontana - PSD.
Sigefredo Pacheco - PSD.
José Ermirio - PTB.
Irineu Bornhausen - UDN.
Júlio Leite - PR.
Secretária: Oficial Legislativo
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Mello.

G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE S. JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 788-63 do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nº 1.158-63 do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (6) — Partidos

Jose Feliciano — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Antônio Jucá — PTB.
Padre Calazans — UDN.

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12 1963.

Membros (18) Partidos

Senadores:
Wilson Gonçalves — PSD.
Leite Neto — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Edmundo Leal — PTB.
Aquilino Franco — UDN.
João Agripino — UDN.
Aurelio Vianna — PSD.
Josaphat Marinho — Sem legenda.
Deputados:
Gustavo Capanema (Presidente) — PSD.

Aderbal Jurema — PSD.
Laerte Vieira — UDN (Substituído pelo deputado Arnaldo Nogueira).
Heitor Dias — UDN.
Doutor de Andrade — PTB.
Arnaldo Cerdreira — PSP.
Juarez Fávora — PDC.
Ewaldo Pinto — MTR.

I) Para, no prazo de três (3) meses, proceder ao estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

MEMBROS

Senadores:
Bezerra Neto — Presidente
Afonso Arinos — Vice-Presidente
Jefferson de Aguiar — Relator.
Leite Neto
Nelson Maculan
Eurico Rezende
Aurelio Vianna
Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61.

(QUE DISPOE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62, apr. em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63, apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Benedicto Valladares — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) — UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente)
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963)

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Afonso Celso — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho (Presidente) — PL.
Mem de Sá — PL.
Josaphat Marinho — S. legenda.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPOE SOBRE AS MATERIAS DA COMPETENCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 397-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.139-63 apr. em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1962.

Membros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (.. de outubro de 1962) — PSD.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Silvestre Péricles (.....) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Amaury Silva (24 de abril de 1963) — PTB.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) — Relator — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO POR PROPOSTA DO SENADO, DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 603-61, aprovado em 14 de janeiro de 1964.

— até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) — Relator — PTB.

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 605-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961;

— até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Filinto Müller — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.

Daniel Krieger (Relator) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Amaury Silva — 23 de abril de 1963) — PTB.

Barros Carvalho — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.

Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS, DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1962.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963, pelo Req. 783-63 aprovado em 12 de dezembro de 1963.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63 aprovado em 10 de outubro de 1963.

Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 8 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.

Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.

Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — S. leg.

Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVAS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1963.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 794-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 23 de julho de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.

Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.

João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.

Aloysio de Carvalho — PL.
Miguel Couto — PSP.

Cattete Pinheiro (23 de abril de 1963) — PTN.

P) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARRERA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 785-62 aprovada em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.144-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PS.
Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

João Agripino (23 de abril de 1963) - Vice-Presidente - UDN.
Daniel Krieger - UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.

Nogueira da Gama - PTB.
Barros Carvalho - PTB.
Aloysio de Carvalho - PL.
Aurelio Vianna (23 de abril de 1963) - Relator - PSB.

Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Elta em 23 de maio de 1962.

Prorrogação:

- até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 786-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;

- até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.
Ruy Carneiro - PSD.
Lobão da Silveira - PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.

Milton Campos - UDN.
Heribaldo Vieira Vice-Presidente - UDN.

Menezes Pimentel - PSD.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - Relator - UDN.

Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - Presidente - PTB.
Nogueira da Gama - PTB.
Barros Carvalho - PTB.

Aloysio de Carvalho - PL.
Lino de Matos - PTN.
João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.

Daniel Krieger - UDN.

R) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 - ATO ADICIONAL).

Elta em 10 de julho de 1962.

Prorrogação:

- até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 787-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

- até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.146-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.
Ruy Carneiro - PSD.
Lobão da Silveira - PSD.
Menezes Pimentel - PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.

Milton Campos - UDN.
Heribaldo Vieira - UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.
Daniel Krieger - UDN.

Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.
Nogueira da Gama - PTB.
Barros Carvalho - PTB.

Mem de Sá - PL.

S) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Elta em 13 de setembro de 1962.

Prorrogação:

- até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.147-63, aprovado em 12 de dezembro de 1962;

- até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.147-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD.
Ruy Carneiro - PSD.
Lobão da Silveira - PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.

Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.
Menezes Pimentel - Presidente.
Milton Campos - UDN.

Heribaldo Vieira - UDN.
Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) - Vice-Presidente - UDN.

Daniel Krieger - UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.

(23 de abril de 1963) - PTB.
Nogueira da Gama - PTB.
Barros Carvalho - PTB.

Mem de Sá - PL.

Miguel Couto (23 de abril de 1963) - PSP.

T) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Elta em 13.9.62

Prorrogação:

- até 15.12.63 pelo Requerimento 790-62, aprovado em 12.12.62;

- até 15.12.64 pelo Requerimento 1.148-63, aprovado em 10.12.63.

Completada em 23.4.63.

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD.
Ruy Carneiro - PSD.
Lobão da Silveira - Relator - PSD.

Wilson Gonçalves (23.4.63) - PSD.
Menezes Pimentel - PSD.

Milton Campos - UDN.
Heribaldo Vieira - UDN.

Josaphat Marinho (23.4.63) - UDN.
Daniel Krieger - UDN.

Eurico Rezende (23.4.63) - Vice-Presidente - UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23.4.63) - Presidente - PTB.

Nogueira da Gama - PTB.
Barros Carvalho - PTB.

Mem de Sá - PL.
Júlio Leite (23.4.63) - PR.

U) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1, QUE INSTITUI O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 18 DE SETEMBRO DE 1946).

Elta em 6.12.62.

Prorrogação:

- até 15.12.63 pelo Requerimento 791-62, aprovado em 12.12.62;

- até 15.12.64 pelo Requerimento 1.149-63, aprovada em 10.12.63.

Membros - Partidos
Ruy Carneiro - PSD.
Pedro Ludovico - PSD.
Wilson Gonçalves (23-4-63) - PSD.
Benedito Valladares - PSD.
Milton Campos - UDN.
Heribaldo Vieira - UDN.
Eurico Rezende (23-4-63) - UDN.
Daniel Krieger - UDN.
João Agripino (23-4-63) - UDN.
Amaury Silva (23-4-63) - PTB.
Nogueira da Gama - PTB.
Barros Carvalho - PTB.
Mem de Sá - PL.
Raul Giuberti - PSP.

V) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDÚSTRIAS INSALUBRES).

Designada em 23.4.63.
Prorrogação até 15.12.64 pelo Requerimento 1.150-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD.
Ruy Carneiro - PSD.
Lobão da Silveira - PSD.
Wilson Gonçalves - Relator - PSD.

Menezes Pimentel - PSD.
Leite Neto - PSD.
Amaury Silva - PTB.

Bezerra Neto - Vice-Presidente - PTB.
Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB.

(AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS).

Silvestre Péricles - PTB.
Argemiro de Figueiredo - PTB.
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN.
Milton Campos - UDN.
Daniel Krieger - UDN.

Josaphat Marinho - Sem Legenda.
Aloysio de Carvalho - PL.

W) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Designação em 23.4.63.

Prorrogação:

- até 15.12.64 pelo Requerimento 1.151-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD.
Ruy Carneiro - Presidente - PSD.
Lobão da Silveira - PSD.
Wilson Gonçalves - PSD.

Menezes Pimentel - PSD.
Heribaldo Vieira - Vice-Presidente - PSD.

Amaury Silva - PTB.
Bezerra Neto - PTB.
Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB.

Silvestre Péricles - PTB.
Artur Virgílio - PTN.

Eurico Rezende (23.4.63) - UDN.
Milton Campos - Relator - UDN.
João Agripino - UDN.

Josaphat Marinho - Sem Legenda.
Aloysio de Carvalho - PL.

X) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Designada em 2.6.63.
Prorrogação até 15.12.64 pelo Requerimento 1.152-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD.
Ruy Carneiro - PSD.
Lobão da Silveira - PSD.
Wilson Gonçalves - PSD.

Menezes Pimentel - PSD.

Leite Neto - PSD.
Amaury Silva - PTB.
Bezerra Neto - PTB.
Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB.
Vaga do Senador Eduardo Calado - Vice-Presidente - PTB.
Vaga do Senador Eduardo Assis - Eurico Rezende - Presidente - Milton Campos - UDN.
Daniel Krieger - UDN.
Aloysio de Carvalho - PL.
Josaphat Marinho - Relator - Em Legenda.

Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Designada em 20.6.63.

Prorrogação até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.153-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD.
Ruy Carneiro - PSD.
Lobão da Silveira - PSD.
Wilson Gonçalves - PSD.

Menezes Pimentel - PSD.
Leite Neto - PSD.
Amaury Silva - PTB.

Bezerra Neto - PTB.
Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB.

Silvestre Péricles - PTB.
Adalberto Sena - PTB.
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN.

Milton Campos - UDN.
Aloysio de Carvalho - PL.
Josaphat Marinho - Sem Legenda.
João Agripino - UDN.

Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Designada em 31.6.63.

Prorrogação até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD.
Ruy Carneiro - PSD.
Lobão da Silveira - PSD.
Wilson Gonçalves - PSD.

Menezes Pimentel - PSD.
Leite Neto - PSD.
Amaury Silva - PTB.

Bezerra Neto - PTB.
Vaga do Senador Humberto Nader - PTB.

Argemiro de Figueiredo - PTB.
Eurico Rezende - UDN.

Milton Campos - UDN.
Daniel Krieger - UDN.

Aloysio de Carvalho - PL.
Josaphat Marinho - Sem Legenda.

Z-1) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Designada em 2.10.63.

Prorrogação até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovada em 10.12.63.

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD.
Ruy Carneiro - PSD.
Wilson Gonçalves - PSD.
José Feliciano - PSD.

Walfredo Gurgel - PSD.
Argemiro de Figueiredo - PTB.
Bezerra Neto - PTB.

Silvestre Péricles - PTB.
Edmundo Levi - PTB.
Eurico Rezende - UDN.

Milton Campos - UDN.
Aloysio de Carvalho - UDN.

Afonso Arinos - UDN
 Josaphat Marinho - Sem Legenda
 Raul Guberti - PSP
 José Leite - PR

Z-2) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERENCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO)

Designada em 2.10.63
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD
 Ruy Carneiro - PSD
 Wilson Gonçalves - PSD
 José Feliciano - PSD
 Walfredo Gurgel - PSD
 Argemiro de Figueiredo - PTB
 Bezerra Neto - PTB
 Silvestre Pericles - PTB
 Edmundo Levi - PTB
 Eurico Rezende - UDN
 Milton Campos - UDN
 Aloysio de Carvalho - PL
 Afonso Arinos - UDN

Josaphat Marinho - Sem Legenda
 Júlio Leite - PR

Z-3) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63

Designada em 22.10.63
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.157-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD
 Ruy Carneiro - PSD
 José Feliciano - PSD
 Wilson Gonçalves - PSD

Bezerra Neto - PTB
 Edmundo Levi - PTB
 Argemiro de Figueiredo - PTB
 Melo Braga - PTB
 Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
 Aloysio de Carvalho - UDN
 Afonso Arinos - UDN
 Josaphat Marinho - Relator - Sem Legenda

Aurélio Vianna - PTB
 Júlio Leite - PR

Z-4) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/64

(Eleição automática do Vice-Presidente com o Presidente da República)

Designada em 26.2.1964

Jefferson de Aguiar (PSD),
 Ruy Carneiro (PSD),
 Lobão da Silveira (PSD),
 Wilson Gonçalves (PSD),
 José Feliciano (PSD),
 Bezerra Neto (PTB),
 Arthur Virgílio (PTB),
 Antônio Jucá (PTB),
 Oscar Passos (PTB),
 Antônio Carlos (UDN),
 Aloysio de Carvalho (PL),
 Eurico Rezende (UDN),
 Milton Campos (UDN),
 Josaphat Marinho (BPD),
 Júlio Leite (BPD),
 Aurélio Vianna (BPD).

Z-5) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/64

(Da nova redação à alínea a, do art. 101 e ao item IX do art. 124 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que sejam processados e julgados nos crimes comuns:

- os membros do Congresso Nacional, pelo Supremo Tribunal Federal;
 - os membros das Assembleias Legislativas, pelos Tribunais de Justiça).

Designada em 25.5.1964
 Jefferson de Aguiar (PSD),
 Antônio Balbino (PSD),
 Wilson Gonçalves (PSD),
 Ruy Carneiro (PSD),
 Menezes Pimentel (PSD),
 Edmundo Levi (PTB),
 Bezerra Neto (PTB),
 Arthur Virgílio (PTB),
 Oscar Passos (PTB),
 Afonso Arinos (UDN),
 Milton Campos (UDN),
 Eurico Rezende (UDN),
 Aloysio de Carvalho (PL),
 Josaphat Marinho (BPD),
 Aurélio Vianna (BPD),
 Aarão Steinbruch (BPD).

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

CRIADAS DE ACORDO COM O ART. 53 DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 149, ALÍNEA A DO REGIMENTO INTERNO.

1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acêrvos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia Siderúrgica Nacional.

Criada pela Resolução número 11, de 1963, assinada pelo Senhor Nelson Maculan e mais 38 Senhores Senadores (apresentada em 30 de maio de 1963).

Designada em 31 de maio de 1963 - Prazo - 120 dias, até 28 de setembro de 1963.

Prorrogada:

- Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 656-63, do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (21 horas).

- por mais um ano, em virtude da aprovação do Requerimento número 1.173-63, do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 12 de dezembro de 1963.

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD
 Leite Neto (Presidente) - PSD
 Nelson Maculan - PTB
 João Agripino (Relator) - UDN
 Josaphat Marinho - Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos.

Criada pela Resolução número 31, de 1963, assinada pelo Senhor Jefferson de Aguiar e mais 33 Senhores Senadores (apresentada na sessão de 30 de outubro de 1963).

Prazo - até o fim da sessão legislativa de 1963.

Prorrogação por 90 dias (até 15 de março de 1964) em virtude do Requerimento número 1.163-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21.30).

Designação em 6 de dezembro de 1963.

Membros (11) - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD
 Leite Neto - PSD
 Aurélio Fontana - PSD
 Wilson Gonçalves - Presidente - PSD

Arthur Virgílio - PTB
 Bezerra Neto (8.11.63) - Vice-Presidente - PTB
 Melo Braga - PTB
 João Agripino - UDN
 Daniel Krieger - UDN
 Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
 Aurélio Vianna - PSB
 Secretário, Auxiliar Legislativo
 PL-9, J. Ney Passos Dantas.